

Parte I - Gênese e particularidade do objeto

4. Entre a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fenômenos autocráticos chauvinistas contemporâneos

Jefferson Rodrigues Barbosa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARBOSA, JR. Entre a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fenômenos autocráticos chauvinistas contemporâneos. In: *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 129-196. ISBN 978-85-68334-68-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

4.

ENTRE A SINGULARIDADE, A PARTICULARIDADE E A UNIVERSALIDADE DOS FENÔMENOS AUTOCRÁTICOS CHAUVINISTAS CONTEMPORÂNEOS

A questão das relações entre o modelo fascista na Itália e as manifestações chauvinistas que eclodiram em muitos países na primeira metade do século XX propiciou a discussão acerca dos critérios de distinção entre a singularidade, particularidade e universalidade dos fenômenos políticos.

As primeiras análises do fascismo foram contemporâneas à gênese e à expansão da experiência chauvinista italiana e seus desdobramentos e influências sobre movimentos, partidos e regimes correlacionados em outros países, nos aspectos de pressupostos ideológicos e organizacionais que proporcionaram um rico debate político e acadêmico.

A autocracia chauvinista italiana foi analisada sob a perspectiva analítica da *Filosofia da Práxis* por expressivos herdeiros do legado marxiano. Seus apontamentos apresentam-se como referência para reflexão acerca da questão gênese e função social do fascismo italiano e centraram-se sobre condições econômicas e sociais que propiciaram a eclosão dos *fascio* e sua conquista de hegemonia.

A diferenciação do fascismo na Itália como autocracia chauvinista com elementos que estimularam o desenvolvimento do capitalismo na península itálica foi tratada neste capítulo de acordo com elementos analíticos de Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti. De forma diferente, a formação histórico-concreta da particularidade do caso brasileiro nas formulações integralistas evidenciou uma forma de concepção ideológica chauvinista regressiva, em perspectiva fundamentada na obra de Chasin (1978), como será abordado posteriormente em subcapítulo específico.

4.1. Interlúdio gramsciano para a compreensão da gênese e função social do fenômeno autocrático chauvinista italiano e as estratégias de enfrentamento contra o adversário

Antonio Gramsci foi um dos primeiros marxistas a investigar a dinâmica de desenvolvimento das condições que propiciaram o que ele denominou Regime de Estatolatria, sendo suas primeiras análises focadas na atuação das milícias na sociedade italiana, no meio rural e urbano, e seus posicionamentos foram se alterando conforme os *fascio de combattimento* foram se transformando em suporte para a instauração do regime fascista.

A sofisticação da análise gramsciana na compreensão da gênese e função social das ideologias chauvinistas é elevada ao nível da dimensão da compreensão da particularidade e totalidade do fenômeno ao compreender o fascismo como uma nova forma de reorganização do sistema capitalista sob a lógica de um estado de exceção.

Os apontamentos gramscianos foram elaborados no contexto de sua militância como dirigente e articulista na imprensa operária e suas apreensões propiciaram o entendimento da dinâmica do fenômeno e de suas estratégias de atuação diante da ofensiva contra os trabalhadores organizados.

Na disputa contra os fascistas, foram formuladas por Gramsci, nas análises da conjuntura italiana, estratégias direcionadas numa perspectiva de estratégia de guerra de posição de ação direta contra o adversário.

A identificação da transformação do fascismo de organização miliciana para um novo modelo de ordenamento social estimulou, em contraposição ao Regime de Estatolatria e à estratégia de conhecimento sobre as características do inimigo, o enfrentamento no campo das ideias e no confronto direto. A compreensão dos pressupostos acerca das finalidades e estratégias de embate apontadas pelo autor, vítima do cárcere fascista, apresentou-se como pertinente para a direção das ações contra as manifestações chauvinistas contemporâneas.

A análise de Antonio Gramsci como intérprete do fascismo representa um exercício de compreensão de sua ampla produção como intelectual dos grupos subalternos, em suas atividades como jornalista e em sua produção investigativa durante sua prisão, destacando-se o autor italiano como ativista e dirigente antifascista, elaborador de uma interpretação da concepção

de fascismo original e distinta da interpretação defendida pela Internacional Comunista nas primeiras décadas do século XX.

As temáticas relacionadas ao fascismo na produção do interprete da Filosofia da Práxis foram resultado imediato de suas intervenções políticas como escritor e como dirigente do Partido Socialista e, posteriormente, do Partido Comunista Italiano. Assim, suas análises são fruto de embates e conjunturas da dinâmica das conflitualidades entre os setores organizados do movimento operário e a ascensão do fascismo de movimento social regressivo regime a regime.

As primeiras possibilidades de um estudo sistemático das análises gramscianas sobre o fascismo foram propiciadas na década de 1960 com as publicações de seus escritos para o jornal operário *Ordine Nuovo*, lançados sob o título *Socialismo e fascismo*, em 1966, assim como, com o lançamento de suas correspondências, as denominadas *Cartas do cárcere* e, de seus denominados *Escritos políticos*, publicados a partir de 1973.

A publicação de Palmiro Togliatti (1960), sob o título *Formación del grupo dirigente del partido comunista*, também foi uma importante contribuição para que um público mais amplo conhecesse as análises de Antonio Gramsci sobre o fascismo, produzidas no calor das lutas travadas pelos antípodas da ditadura de Mussolini. De Togliatti, também são representativos para a compreensão das relações entre Gramsci, o Partido Comunista Italiano (PCI) e o combate antifascista, a conferência proferida em 1952, o “Antifascismo em Gramsci”, assim como a obra *Lições sobre o fascismo*, resultado de um curso oferecido a um grupo de trabalhadores italianos em Moscou em 1935.

Segundo Santarelli (1979), a compreensão sobre Gramsci em relação ao tema em questão deve estar articulada à análise biográfica de Gramsci, à história do PCI e aos estudos historiográficos sobre o fascismo, como a referida obra de Togliatti, para o entendimento de um quadro mais amplo da perspectiva original gramsciana sobre o regime autocrático italiano.

Enzo Santarelli, em 1974, organizou uma coletânea sobre os escritos gramscianos que abordaram a temática do Fascismo, intitulada *Sobre el fascismo*, publicada em Roma e, tendo sua segunda edição no México em 1979, proporcionando aos estudiosos do tema uma importante compilação dos principais escritos.

Os textos sobre o fascismo, devido ao seu caráter fragmentário, resultam de intervenções e críticas direcionadas aos embates políticos, que explicitados

no calor da luta antifascista, foram sistematizados por Santarelli no sentido de oferecer uma compreensão mais articulada revelando o caráter ativo do militante antifascista nos anos de juventude.

Os referidos textos gramscianos revelam também o desenvolvimento da percepção do amadurecimento intelectual de Gramsci e do seu entendimento sobre o caráter internacional das novas formas de ideologias e regimes autoritários chauvinistas como reação/restauração do capitalismo sob a égide do espectro da crise societal que marcou as primeiras décadas do século XX.

As etapas graduais de desenvolvimento da análise gramsciana podem ser sintetizadas nas suas contribuições iniciais, através da investigação dos seus primeiros artigos jornalísticos, entre 1916 a 1920, cujo enfoque eram a conjuntura nacional de seu país e os antecedentes históricos e sociais que deram margem ao fervor nacionalista na Itália abrindo espaço para a ascensão do regime fascista. Assim como os textos em questão abordaram o panorama do cenário internacional de manifestações de reação nacionalista por setores burgueses, evidenciando a preocupação de Gramsci com as manifestações autocráticas como antídoto na lutas de classe em detrimento dos grupos subalternos.

Nas análises do tempo de luta direta de Gramsci, entre 1921 a 1925, o fascismo já em movimento foi objeto de reflexão e preocupação do autor, investigando os fatos políticos da conjuntura italiana e articulando gradualmente suas interpretações sobre o fascismo e seus desdobramentos estruturais e infraestruturais, compreendidos como sistema que articulava uma nova forma de reação consubstanciada na aliança de setores conservadores, incitando e tendo como base primeiramente a pequena burguesia.

O enfoque inicial, segundo Enzo Santarelli (1979), sobre o fascismo, presente nos textos jornalísticos dos escritos de Gramsci, representa uma primeira fase de interpretações sobre o fenômeno em questão que buscou compreender as transformações do movimento fascista para sua consolidação em regime. Um segundo momento de reflexão, que marca a gênese de seu aprofundamento analítico e de proposição de estratégias contra o regime, foi fundamentado de forma mais articulada em 1926, nas “Teses do Congresso de Lyon”, redigidas por Palmiro Togliatti com a colaboração e direcionamento de Gramsci.

Entretanto, a compreensão mais sofisticada, na perspectiva marxiana da totalidade e na análise dos fenômenos sociais, foi elaborada inicialmente

no ensaio “Alguns temas sobre a questão Meridional” e na produção carcerária no caderno especial denominado *Americanismo e Fordismo*, no qual a perspectiva da função social do fascismo foi articulada à sua real compreensão enquanto forma de revolução passiva, uma revolução restauração que suplantou as bases iniciais da pequena burguesia na conquista da hegemonia. A cooptação da sociedade civil pela sociedade política era a principal característica para Gramsci do que ele denominou como regimes de Estatolatria, sendo a finalidade no caso italiano arquitetar e efetivar uma nova via para o desenvolvimento do capitalismo naquele país.

As dimensões analíticas dos textos gramscianos sobre o fascismo são divididas em três momentos de refinamento da compreensão de seus escritos sobre o fenômeno em questão, segundo Enzo Santarelli.¹

As menções gramscianas em seus primeiros textos jornalísticos, entre 1916 e 1920, sobre o panorama italiano e europeu que antecedeu a deflagração do regime fascista já apontavam à percepção do autor, e sua preocupação sobre as manifestações internacionais de caráter chauvinista, relativas às milícias financiadas por setores da burguesia na Espanha contra as organizações de esquerda (Gramsci, 1919 apud Santarelli, 1979, p.35), assim como, sobre questões referentes às influências crescentes das ações de intelectuais chauvinistas na Itália.

A questão da ascensão das tendências nacionalistas entre a intelectualidade, manifestadas na imprensa italiana, foram os primeiros objetos de análise

1 “Además, el estudio crítico de estos materiales ha presentado y presenta niveles desiguales, precisamente con respecto al tema y al título del fascismo, según nos movamos: a) en el terreno de los escritos anteriores a 1919-20, que podríamos llamar ‘pré-fascistas’; b) en el terreno de a polémica abierta y de a interpretación del fenómeno fascista convertido en ‘Estado’; c) en el terreno de la integración teórica en la época de *La cárcel*. La literatura sobre el tema es, de hecho, mucho más detallada y exhaustiva sobre el segundo aspecto, por otra parte central desde cualquier punto de vista, mientras que la exégesis de partes enteras de los Cuadernos – y en primeiro lugar el grupo de notas sobre *Americanismo* y *fordismo* – está dando sus primeros pasos. El análisis que Gramsci nos a dejado del fascismo no es fruto de un proyecto conducido sistemáticamente, sino que nació em lo más vivo de la lucha política y de clase, en el debate socialista y comunista, y crece y se despliega por grados: desde las articulaciones del *Ordine Nuovo* semanal y cotidiano hasta las Tesis de Lyon; desde el ensayo sobre la cuestión meridional [...] hasta um ciclo distinto de trabajo y edición que de a experiencia del fascismo desemboca em la problemática do *Risorgimento* y de la revolución e Italia. Gramsci fue recogiendo, casi día por día, las características y el papel histórico-social de aquellas escuadras de combate, de aquellas escuadras de acción, que la escena italiana y europea de la posguerra constituían para el movimiento obrero un hecho totalmente nuevo [...]” (Santarelli, 1979, p.14-15).

dos artigos publicados entre 1916 e 1920 relativos ao tema, nos periódicos *Avanti!*, *L'Unitá* e *Il Grido Del Popolo*.

Como exemplo, nesse sentido, o artigo de 1916 do jornal *Avanti!*, denominado “Luta de classes e guerra” (*Lucha de Clases y Guerra*), denunciou a utilização de concepções do universo categorial marxista por intelectuais chauvinistas.²

La doctrina de Karl Marx ha demostrado incluso ultimamente su fecundidad y su eterna juventud ofreciendo un contenido lógico al programa de los más encarniados adversários del partido socialista, a los nacionalistas. Corradini saquea Marx, después de haberlo vituperado. Transporta de la clase a la nación los principios, las críticas, del estudioso del Treveris; habla de naciones proletárias em lucha, contra naciones capitalistas, de naciones jóvenes que devem sustituir, para la evolución de la história mundial, a las naciones decrepitas. (Gramsci, 1979, p.35)

A compreensão dos paradigmas existentes em uma sociedade é propiciada, segundo Gramsci, pelo estudo da estrutura ideológica presente nos órgãos de imprensa, o autor, referindo-se às possibilidades de investigação dos grupos dominantes, denomina no seu terceiro caderno miscelâneo, na nota 49, o estudo destas fontes de análise como “material ideológico”, proporcionando indicações importantes de como a imprensa representa um canal de compreensão fundamental para a investigação das organizações em disputa nas sociedades que visam desenvolver e manter concepções de ordenamento social.³

2 “A nação italiana era evidentemente uma realidade: uma realidade complexa, uma sociedade marcada por conflitos internos profundos, dividida em classes sociais cujos interesses se chocavam com violência. Musolini *fez dela um mito*. Atribuindo-lhe uma unidade *fictícia, idealizada*. Aproveitando uma ideia do nacionalista de direita Enrrico Corradini, apresentou a Itália como uma “nação proletária”, explorada por outras nações [...]” (Konder, 2009, p.36).

3 “Temas de cultura. Material ideológico. Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, e desenvolver a frente teórica ou ideológica. A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é setor editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo [...]. A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi e pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura. [...] Um tal estudo, feito

Essa percepção já era apresentada anos antes do período carcerário e, bem como a questão dos intelectuais e da imprensa como objeto imprescindível de análise das ideologias, pôde ser evidenciada no artigo de 1916 publicado no *Avanti!*, intitulado “O Reformismo Burguês” (El Reformismo Burguês):

Finalmente, a la *Gazzeta di Torino* ha encontrado un director: El señor Italo Minunni [...] Pero no es su carrera periodística lo que nos importa. Nos importa señalar um fenómeno que aparece marcado en esta carrera incluso exteriormente. El desarrollo del nacionalismo en Itália ha marca y está marcando el surgimiento de la classe burguesa como organismo combativo y consciente. Hasta ahora habíamos tenido en Italia una burguesia política, sin programas claros y orgânicos, sin actividad económica coherente y rectilínea. [...] El nacionalismo esta dando consciencia de si a la classe burguesa. La *Idea Nazionale* es, desde ete punto de vista, el periódico más importante de Itália (después de *Avanti!*): ha logrado dar la pauta a toda la prensa burguesa italiana. E el proveedor de ideas, de argumentos polémicos y de valor para toda la prensa burguesa italiana. Y se a convertido también en la incubadora de energias periodísticas que brotan em enjambres de su redacción y galvanizam lãs gelatinosas columnas de los demás periodicos burgueses [...] (Gramsci, 1979, p.36-7)

A riqueza da percepção de Gramsci sobre o fascismo já naquele período inicial apontava que os fenômenos de caráter chauvinista eram desdobramentos da reação política dos setores hegemônicos, de abrangência internacional, não localizada somente no caso italiano. Para o intérprete da filosofia da Práxis, a reação chauvinista era uma manifestação de repercussões internacionais, no âmbito de uma tentativa de restauração dos Estados nacionais capitalistas sob bases violentas.

Essa perspectiva foi fundamentada no artigo de 1920 no jornal *Avanti!*, intitulado “Qual é a reação?” (Que es la reacción?):

Esta “reacción” no es solo italiana: es un fenómeno internacional, porque el capitalismo no solo en Itália, sino en todo el mundo, se háa vuelto incapaz de

com seriedade, teria uma certa importância: falam de dar um modelo histórico vivo de uma tal estrutura, forma o hábito de cálculo mais cuidadoso e exato das forças ativas na sociedade [...]” (Gramsci, 2004, p.78-79)

dominar as fuerzas productivas. El fenómeno del “fascismo” nos es solo italiano, así como no es solo italiana la formación del partido comunista. El “fascismo” es la fase preparatoria de la restauración del Estado, esto es, de un recrudescimiento de la reacción capitalista, de un endurecimiento de la lucha capitalista contra las exigencias más vitales de la clase proletaria. El fascismo es la ilegalidad de esta violencia capitalista: la restauración del Estado es la legalización de esta violencia: es una conocida ley histórica que lo costumbre precede al derecho. (Gramsci, 1979, p.64)

Em 1921, Gramsci apontou nos seus artigos as metamorfoses que o fascismo italiano atravessava, por meio das mudanças ocasionadas pela sua transmutação enquanto partido político e regime de Estado, representando em perspectiva dialética uma continuação/transformação da política tradicional das classes dirigentes e das formas de controle capitalistas em detrimento dos grupos subalternos, unificando as forças de reação.

Para o intérprete do fascismo, existia uma continuidade entre o pré-fascismo e o fascismo no poder no que concerne à posição do Estado e das classes dominantes, distinguindo em sua compreensão que o caráter pequeno-burguês do fascismo estava sendo suplantado. Essa perspectiva da relação fascismo como reação dos grupos hegemônicos continuou de forma coerente até seus estudos dos *Cadernos do Cárcere*.

Na análise do caráter metamórfico do fascismo, Gramsci apontou que a autocracia chauvinista italiana encontrou nos segmentos do meio rural e da pequena burguesia urbana sua primeira base de sustentabilidade, mas tornando-se força hegemônica obteve o apoio da burguesia industrial e agrária visando à estabilidade política da qual necessitava. A distinção do aspecto dualista das manifestações no meio rural e urbano naquele período também foi analisada por Palmiro Togliatti.⁴

4 “O movimento fascista surge durante a guerra. Prossegue, em seguida, nos *Faci di combattimento*. Mas há elementos que não o seguirão até o fim. Por exemplo, polemizando com Nenni, nós o chamávamos de fascista. Mas, num dado momento, ele se afastou. Em sua origem o fascismo era composto por vários grupos, não homogêneos, que não iriam juntos até o fim. Veja as seções fascistas da cidade. Em 1919-1920, encontram-se aí elementos da pequena burguesia pertencentes a diversos partidos, que discutiam os problemas de política geral, que colocavam uma série de questões, apresentavam reivindicações. Nesse terreno, tem-se o primeiro programa do fascismo (Praça San Sepolcro), essencialmente pequeno-burguês, que reflete a orientação dos *fasci* urbanos. Tomem, ao contrário, o fascismo do campo: Emília etc. Não é o

Gramsci analisou ainda a dualidade da gênese do fascismo com originalidade no artigo “Os dois fascismos” (Los dos fascimos) publicado no *L’Ordine Nuovo* de agosto de 1921:

Los *fasci* de combate nascieron, inmediatamente después de la guerra, con el carácter pequeño burgués de las diversas asociaciones de veteranos surgidas en aquel momento. Por su carácter de decida oposición al movimiento socialista, en parte herencia de las luchas entre el partido socialista y las asociaciones de intervencionistas em el período de la guerra, los *fasci* obtuvieron el apoyo de los capitalistas y las autoridades. Su afirmación, coincidiendo con la necesidad de los grandes agricultores de establecer una guardia blanca contra la creciente fuerza de las organizaciones obreras, permitió al sistema de bandas creadas y armadas por los latifundistas adoptar la misma etiqueta de los *fasci*, a la cual confirieron a medida que se desarrollaban misma característica de guardia blanca del capitalismo contra los órganos de clase del proletariado. El fascismo conservó siempre este vicio de origen. [...] En las zonas agrícolas (Emilia, Toscana, Venéto, Umbria), el fascismo tuvo su mayor desarrollo [...]. Si por un parte la despiadada ofensiva contra los organismos de clase del proletariado sirvió a los capitalistas, que a la vuelta de un año pudieran ver cómo todo el aparato de lucha de los sindicatos socialistas se resquebrajaban y perdía toda su eficacia, es innegable sin embargo que la violencia, degenerando, ha terminado por crear una extendida hostilidad contra el fascismo en las capas medias y populares. (Gramsci, 1979, p.89)

Antonio Gramsci apontou no referido artigo de 1921 do *L’Ordine Nuovo* que a característica mais violenta do fascismo no meio rural proporcionou críticas por parte de setores da burguesia italiana, possibilitando maior espaço para a aceitabilidade das medidas de contenção dos *fasci* nas zonas agrícolas

mesmo. Ele surge mais tarde, em 1920. Apresenta-se sob o aspecto de *squadre* armadas para a luta contra o proletariado. Surge como *squadrismo*. A eles aderem desqualificados (*spotati*), pequenos burgueses, camadas sociais intermediárias. Mas, é imediatamente órgão de combate contra a classe operária. Em suas sedes não se discute. Por que esta diferença? Porque *aquí o proprietário rural interveio imediatamente como elemento de organização*. A partir da metade de 1921, são criadas *squadre* inclusive nas cidades. Inicialmente em Trieste, onde o problema nacional é mais agudo, depois em outras cidades onde as forças estão mais tensas. As *squadre* se criam segundo o modelo do campo. Em Turim, após a ocupação das fábricas; na Emilia, ao contrário, o fascismo já possuía àquela época fortes organizações. Em fins de 1920 a burguesia intervém, mesmo nas cidades, como elemento de organização e se criam os grupos fascistas. Naquele período se abre uma série de crises, a crise dos dois primeiros anos.” (Togliatti, 1978, p.11-2).

por Mussolini, que soube articular uma breve política conciliatória com os socialistas, até a conquista do poder estatal.

A crítica gramsciana concluiu que a política conciliatória dos socialistas foi um fator crucial para a ascensão e hegemonia dos fascistas:

[...] Los episodios de Sarzana, Treviso, Viterbo, Reccastrada, sacudieron profundamente a los núcleos fascistas urbanos, personificados en Mussolini, que epezaron a ver un peligro en la táctica exclusivamente negativa de los fasci en las zonas agrícolas. Por outra parte, esta táctica había dado ya óptimos frutos al arrastar al partido socialista a un terreno transigente y favorable a la colaboración en el país y en el Parlamento. [...] El fascismo saldrá de la crisis escindiéndose. La parte parlamentaria, encabezada por Mussolini, apoyándose ne las capas medias, empleados y pequeños comerciantes e industriales, intentará su organización política, orientando-se necesariamente hacia una colaboración con los socialistas y los populares. La parte intransigente, que representa la necesidad de la defensa directa y armada de los intereses capitalistas agrários proseguirá sua acción característica antiproletária. Para esta parte, la más importante com respecto a la clase obrera, no tendrá ningún valor lo “pacto de tregua” que los socialistas celebran con una victoria. La “crisis” señalará solamente la salida del movimiento de los *fasci* de una fracción de pequeño burgueses que en vano han tratado de justificar el fascismo con un programa político de “partido”. (Gramsci, 1979, p.89-90)

Em 1921, os fascistas elegeram 35 deputados, entre eles Mussolini; no mesmo ano ele e futuros líderes fascistas fundaram o Partido Nacional Fascista. Financiado e apoiado pelos grandes industriais e latifundiários, lançando um ultimato ao governo liberal, os fascistas restabeleceriam a ordem reprimindo os movimentos oposicionistas. Em 27 de outubro de 1922, as hordas dos camisas negras chegaram à capital, momento que ficou conhecido como a Marcha sobre Roma.

A Itália tinha como rei Vitor Emanuel III que, pressionado pela grande burguesia e pelos militares de alto escalão, demitiu o primeiro-ministro e cedeu o cargo a Mussolini, convidando-o a formar um novo ministério. Uma das primeiras medidas de Mussolini foi pedir plenos poderes ao Parlamento. Os deputados de oposição foram presos e alguns foram mortos nas prisões fascistas de Mussolini. O Partido Comunista passou para a ilegalidade, e Antonio Gramsci foi a principal perda para a esquerda marxista:

Diante da ofensiva fascista de 1920-1921, Gramsci analisou sua base de massas como segmentos descontentes da pequena-burguesia, usados como instrumentos pelos grandes proprietários de terras, setores da burguesia industrial e elementos do aparelho de Estado. O fascismo, escreveu ele, podia proporcionar uma nova base de unidade para o Estado italiano, e predisse um golpe de Estado, embora tende-se a superestimar a fragilidade do novo regime. Em janeiro de 1921, Gramsci ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI). De 1922 a 1924, trabalhou para o Komintern em Moscou e Viena [...]. Eleito para o Parlamento italiano em 1924, regressou à Itália, onde assumiu a liderança de seu partido e se engajou numa luta para converter o PCI de seu sectarismo dos anos iniciais em um partido enraizado no movimento de massas. Gramsci foi preso pelo regime de Mussolini em novembro de 1926 e condenado a mais de 20 anos de prisão [...]. (Sasson, 2001, p.166)

No contexto de gênese da autocracia italiana, entretanto, como apontou no seu importante estudo acerca do pensamento de Gramsci, Coutinho (1989) afirmou que o recém-fundado Partido Comunista Italiano, sob a direção de Amadeo Bordiga, apresentava inicialmente uma equivocada análise e tática contra o avanço do fascismo. E, naquele período inicial, Antonio Gramsci ainda não havia obtido condições de análise da conjuntura para identificar o desdobramento do fascismo que inicialmente um movimento social regressivo transmutou-se em partido político e, ao conquistar a hegemonia, efetivou seu regime de Estatolatria.

Entretanto, Gramsci, desde a gênese do fascismo e, através da análise de seus primeiros desdobramentos, foi “o primeiro teórico marxista – o único de seu tempo – a tentar definir o fascismo, considerando sua natureza de classe e suas características particulares” (Coutinho, 1989, p.27).⁵

5 Segundo Coutinho (1989, p.11; 27-28): “Embora o ano de 1921 seja marcado na Itália por uma maciça ofensiva fascista contra as organizações políticas e sindicais da classe operária, tanto comunistas, como socialistas, a nova direção bordiguiana subestima o perigo do golpe fascista. A opinião do PCI se expressa claramente nas chamadas *Teses de Roma*, uma resolução política aprovada pelo II Congresso do Partido, realizada em janeiro de 1922. (A aprovação se dera apenas consultivamente, já que as *Teses* haviam sido desaprovadas pela IC, que as considerava ultraesquerdistas. Segundo as *Teses* a Itália se dirigia para uma ‘fase social-democrata’. [...]) Nos dois primeiros anos imediatamente subsequentes à fundação do PCI, em 1921 e 1922, Gramsci não se diferencia muito das posições da maioria bordiguiana. É certo, porém, que – já antes das *Teses de Roma* – revela-se nele uma concepção mediatizada e rica do fascismo, bastante diversa

Antonio Gramsci em artigo publicado em 2 de janeiro de 1921 em *L'Ordine Nuovo* tratou do perfil pequeno-burguês do fascismo em sua gênese, “O povo dos macacos”:

O fascismo foi a última “representação” oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política nacional [...] é como a projeção na realidade de uma novela da selva de Kipling: a novela de Bandar-Log, do povo dos macacos, que acreditava ser superior a todos os outros povos da selva, que acredita possuir toda a inteligência, toda a intuição, todo o espírito revolucionário, toda a sabedoria do governo etc. etc. Ocorreu o seguinte: a pequena burguesia, que se pusera a serviço do poder governamental por meio da corrupção parlamentar, modifica a forma de sua prestação de serviços, torna-se antiparlamentarista e busca corromper as ruas. [...] No período da guerra, o Parlamento entra em completa decadência: a pequena burguesia busca consolidar sua nova posição e cultiva a ilusão de ter conseguido realmente realizar este objetivo, de ter posto realmente fim à luta de classes, de ter conquistado a direção da classe operária e camponesa, de ter substituído a ideia socialista, imanente as massas, por uma estranha e bizarra mistura ideológica de imperialismo nacionalista, de “verdadeiro revolucionarismo”, de “sindicalismo nacional”. (Gramsci, 2004 [1921], p.30-2)

No início do regime fascista o avanço brutal sobre os socialistas começou a intensificar-se, com seu ápice de conflitualidade expressado em 1924 em Roma no assassinato, cometido por um grupo fascista, do deputado socialista Giacomo Matteotti, que havia denunciado a fraude das eleições que ocorreram em abril daquele ano.

Gramsci, amadurecendo sua análise sobre o fascismo após a primeira metade da década de 1920 com a hegemonia do regime, observou gradualmente os resultados da própria modificação da autocracia chauvinista, que

das formulações esquemáticas de Bordiga e de seu grupo. Alfonso Leonetti, seu velho companheiro de *L'Ordine Nuovo*, talvez tenha razão quando, em 1966, diz que ‘Gramsci é o primeiro teórico marxista – o único de seu tempo – a tentar definir [o fascismo], considerando sua natureza de classe e suas características particulares’. Assim, já em 2 de janeiro de 1921, no segundo número de *L'Ordine Nuovo* cotidiano, Gramsci publica seu famoso artigo sobre “O povo dos macacos”, em que insiste na novidade essencial da reação fascista: no fato de se estar diante de um movimento reacionário com *base de massas*, ou seja, apoiado na luta da pequena-burguesia para reconquistar o lugar político e econômico que vinha perdendo em função das transformações monopolistas que o capitalismo italiano experimentara, sobretudo durante os anos de guerra.”

efetivava seu domínio sobre a sociedade política e a sociedade civil. Compreendendo a inviabilidade e a impotência da luta parlamentar contra o regime, propôs a estratégia da guerra de posição, compreendida no sentido de ação direta contra os fascistas para destruir suas forças de sustentação na sociedade. Estes elementos foram delineados no artigo intitulado “A crise da pequena burguesia” (*La crisis de La pequeña burguesia*), publicado em julho de 1924 no *L’Unità*:

La crisis política provocada por el asesinato del Matteoti sigue en pleno desarrollo y no es posible decir aún cuáles serán sus resultados finales. [...] [Estos partidos] cultivan la ilusión de resolver la lucha contra el fascismo en el terreno parlamentario, olvidando que la naturaleza fundamental del gobierno fascista es la de una dictadura armada, a pesar de todos los adornos constitucionales que trata de aplicar a la milicia nacional. Esta, por otra parte, no ha eliminado la acción del escuadrismo y de la ilegalidad: el fascismo en su verdadera esencia está constituido por las fuerzas armadas que operan directamente por cuenta de la plutocracia capitalista y de los agrarios. Abatir al fascismo significa en definitiva aplastar definitivamente estas fuerzas, y esto no se puede conseguir sino en el terreno de la acción directa. Cualquier solución parlamentaria resultará impotente. Cualquiera que sea el carácter del gobierno que de tal solución pudiera derivarse, se trate de la recomposición del gobierno de Mussolini o de la formación de un gobierno llamado democrático (lo que por otra parte es bastante difícil), ninguna garantía podrá tener la clase obrera de que sus intereses y sus derechos más elementales se vean asegurados, aun en los límites que permite un Estado burgués y capitalista, mientras aquellas fuerzas no sean eliminadas. (Gramsci, 1979, p.151-3)

No mesmo sentido, sobre a tática de guerra de posição de ação direta, Gramsci defende a organização do aspecto combativo dos quadros do Partido Comunista que deveria buscar ampliar seu apoio entre os populares. Esse elemento foi explicitado no relatório enviado ao Comitê Central do PCI em agosto de 1924 e foi publicado no *L’Ordine Nuovo* em setembro e no *L’Unità* em agosto do mesmo ano sob o título “A crise italiana” (*La crisis italiana*):

Cuál debe ser la actitud política y la táctica de nuestro partido en la situación actual? [...] La tarea esencial de nuestro partido consiste en la conquista de la mayoría de la clase trabajadora, la fase que atravesamos nosotros es de la lucha

directa por el poder, pero en fase preparatória, de transición de la lucha por el poder, una fase, en suma, de agitación, de propaganda, de organización. Esto no excluye, naturalmente, que puedan producirse luchas violentas y que nuestro partido no deba prepararse deben ser vistas en el cuadro de la fase de transición, como elementos de propaganda y de agitación para la conquista de la mayoría. [...] La crisis Matteotti nos ha proporcionado muchas enseñanzas a este propósito. (Gramsci, 1979, p.165)

Em 1925, contexto que antecedeu a viagem de Gramsci a Moscou, a questão da intensificação das estratégias de guerra de posição de ação direta foi colocada pelo intérprete da filosofia da práxis em discurso na reunião do Comitê Central do PCI em fevereiro daquele ano:

Debemos plantear la lucha política en forma más clara para todos os obreros. Debemos poner en el orden del día (como preparación concreta y no como solución inmediata) el problema de la preparación de la insurrección. Los últimos acontecimientos públicos señalan el comienzo de una fase en que la insurrección se vuelve na possibilidade, se vuelve el único médío de expresión. El partido tiene el deber de suministrar as las massas los medos adecuados. Por conseguinte debemos: ampliar as bases de nuestra organización; organizar las células de manzana, las cuales deben tener también una misión de control de toda la vida de la población de las grandes ciudades, de modo que en el momento útil no sea possible dar los golpes decisivos que aseguren el triunfo de la insurrección; plantearmos el problema del armamento, el cual debe ser considerado bajo dos aspectos: la organización de los hombres y la preparación necesaria para la compra y almeenamiento de las armas. Esta segunda parte del problema podrá resolverse con mayor facilidad si el partido, como masa, trabaje convenientemente em las células de manzana [...]. (Gramsci, 1978, p.178-9)

Palmiro Togliatti (1978) também apontou a necessidade do confronto tático como estratégia de guerra de posição de ação direta na luta antifascista:

Nosso partido não prestou suficiente atenção a estas palavras, as últimas que o camarada Lenin nos endereçou, e que exprimiam de modo bastante conciso a ideia de que apenas um amplo trabalho de massa, a luta consequente do partido e a combinação do trabalho ilegal com o trabalho legal podem colocar em xeque os

bandos fascistas e impedir, em particular, a infiltração da influência fascista em algumas camadas de trabalhadores. Se considerarmos não apenas as análises de situação feitas por nosso partido e suas posições políticas gerais, mas também o seu trabalho político e organizativo cotidiano – e as duas coisas nunca podem ser examinadas separadamente – devemos constatar no conjunto de sua atividade um grande atraso na colocação e na resolução prática dos problemas da luta contra o fascismo. [...] Seria possível multiplicar os exemplos. Mas parece-me que o essencial é isto: o nosso partido não compreendeu inteiramente e em tempo oportuno que a instauração de uma ditadura fascista totalitária exige da parte da vanguarda comunista, não a restrição da amplitude de sua ação política, mas a extensão dessas; a vanguarda deve fazer política corajosamente, sem dar trégua ao inimigo, perseguindo-o e combatendo-o em todos os terrenos. (Togliatti, 1978, p.130-1)

O assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti foi a conjuntura pertinente, entendida por Gramsci, para a defesa de uma estratégia para dividir o apoio ao governo de Mussolini propondo uma articulação política de Frente Única em defesa da libertação do regime fascista.

Nas análises sobre as relações dos problemas entre a estrutura e as superestruturas do fascismo, através da análise do sistema político autocrático já em pleno funcionamento, segundo Santarelli, Gramsci passou a concentrar-se na dinâmica do fascismo enquanto regime e, nas características do novo bloco histórico de sistema de poder, opondo-se à interpretação das possibilidades das condições de uma insurgência revolucionária no curto prazo, propaladas pelos ditames oficiais da Internacional Comunista. Pois, para ele, o fascismo representava “uma tática coordenada de luta capitalista” (Santarelli, 1979, p. 21-22).

A elevação do nível analítico de Antonio Gramsci sobre a função social do Estado Fascista, em suas dimensões estruturais e superestruturais, foi apresentada em sua produção de maturidade no período carcerário em *Americanismo e Fordismo*:

O sistema que o governo italiano intensificou nestes anos (prossequindo uma tradição já existente, ainda que em menor escala) parece ser o mais racional e orgânico, pelo menos para um grupo de países: mas que consequências poderá ter? [...] O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (holding estatal) que concentra a poupança a ser posta

à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazos (criação italiana de vários institutos, de crédito mobiliário, de reconstrução industrial etc.; transformação do Banco Comercial, consolidação das Caixas Econômicas, criação de novas formas na poupança postal etc.) [...] O Estado é assim levado necessariamente a intervir se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados e, desse modo, compreende-se pelo menos um aspecto das discussões teóricas sobre o regime corporativo. Mas o simples controle não é suficiente. Com efeito, não se trata apenas de conservar o aparelho produtivo tal como este existe num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. (Gramsci, 2001, p.276-7)

O entendimento do sentido de modernização capitalista apreendido pelo regime de Estatolatria fascista, como saída para a reorganização da economia do Estado italiano, foi apreendido de forma pioneira entre a intelectualidade comunista daquele período por Gramsci, que apontou em 1934 o caráter estatal plutocrático da autocracia italiana no caderno 22, “Americanismo e Fordismo”:

Se o Estado se propusesse impor uma direção econômica por meio da qual a produção da poupança, de “função” de uma classe parasitária, passasse a ser função do próprio organismo produtivo, estes desenvolvimentos hipotéticos seriam progressistas, poderiam fazer parte de um vasto projeto de racionalização integral: para isso, seria necessário promover uma reforma agrária [...] e uma reforma industrial que fizessem todas as rendas decorrerem de necessidades funcionais técnico-industriais e não mais serem consequências jurídicas do puro direito de propriedade. Deste conjunto de exigências, nem sempre confessadas, nasce à justificação histórica das chamadas tendências corporativas, que se manifestam predominantemente como exaltação do Estado, em geral, concebido como algo absoluto, e como desconfiança e aversão em face das formas tradicionais do capitalismo. Daí se segue que, teoricamente, o Estado parece ter sua base político-social na “gente miúda” e nos intelectuais; mas, na realidade, sua estrutura permanece plutocrática e torna-se impossível romper as ligações com o grande capital financeiro: de resto, é o próprio Estado que se torna o maior organismo plutocrático, a *holding* das grandes massas de poupança dos pequenos capitalistas. (ibid., 2001, p.278)

Para Gramsci, o regime fascista configurou-se como uma “via” de desenvolvimento para a modernização capitalista da Itália, através de uma “revolução passiva”, como apontado.⁶

Para Coutinho (1989), mediante ‘restaurações’ que acolheram certa parcela das exigências provenientes dos subalternos, o fascismo aprofundou o desenvolvimento do capitalismo na Itália; trata-se, portanto, de uma restauração do ordenamento social classista em detrimento dos trabalhadores, executado de modo a acolher, como estratégia de obtenção de consenso, reivindicações dos próprios trabalhadores, mas articulando também a pequena burguesia numa articulação de controle conduzida pela burguesia nacionalista e belicista. Segundo Coutinho (1989, p.122), o caso italiano é marcado por “restaurações com elementos progressistas”.

Palmiro Togliatti (1978, p.3) também ressaltou em sua obra *Lições sobre o fascismo* o caráter plutocrático do fascismo e criticou os elementos de debilidade compreensiva nas análises dos social-democratas alemães e italianos do período que ressaltaram, naquele contexto, no qual o regime fascista já havia obtido a hegemonia, o caráter de ditadura da pequena burguesia do fascismo.

A articulação entre a atividade editorial de Gramsci, em seus textos jornalísticos, e sua produção teórica política, como fundamentado, foi sofisticada gradualmente em consonância com o amadurecimento proporcionado pela sua práxis como liderança comunista. Isso é evidenciado no contexto de ascensão e hegemonia de Mussolini ao poder e de sua experiência com a realidade soviética e internacional já como líder hegemônico do PCI, proporcionando a ampliação de seus horizontes e seu aprofundamento teórico. O amadurecimento teórico de Gramsci direcionou-se no horizonte de organização de condições para o confronto com os fascistas numa lógica

6 “Mas Gramsci, em suas análises da história italiana, não limitou a aplicação da noção de revolução passiva ao período de consolidação do capitalismo; usou-a também como instrumento para explicar à passagem da fase concorrencial a fase monopolista do capitalismo. Diz Gramsci: ‘[Com o fascismo], ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, mediante a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas a fim de se acentuar elemento ‘plano de produção’, ou seja, teriam sido acentuadas a cooperação da produção, sem por isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupista do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais.’ (Coutinho, 1989, p.124).

de guerra de posição de ação direta, porém, não desvinculada da estratégia da política de Frente Única.

Essas perspectivas foram explicitadas no encontro clandestino das lideranças comunistas italianas, após o regresso de Gramsci de Moscou e Viena, denominada Teses de Lyon, no qual foi defendida a interpretação do fascismo como um instrumento novo de domínio de classe, de potencial internacional, realizando a unidade orgânica de todas as forças da burguesia controlando o Estado.

Para Del Roio (2005, p.142), em sua análise sobre as Teses de Lyon, em perspectiva gramsciana, a gênese e a função social do fascismo representaram uma nova modalidade de desmobilização dos trabalhadores e de reorganização do Estado italiano sob a unidade orgânica da burguesia.

O fascismo foi uma particularidade italiana também ressaltada por Togliatti que pontuou a possibilidade de manifestações autocráticas chauvinistas em outros países como desdobramento das lutas de classe. Estes elementos foram retomados por Togliatti no seu curso publicado sob o título *Lições sobre o fascismo* e foram defendidos na ocasião do VII Congresso da Internacional Comunista. Marco Aurélio Nogueira faz a análise em introdução à referida obra em sua publicação no Brasil:

Analisando, pois, a concreta situação italiana, Togliatti amplia, enriquece e “concretiza” a definição da IC. Seu pressuposto é simples: “Não devemos crer que o que é verdadeiro para a Itália deve ser verdadeiro para todos os outros países. O fascismo pode ter formas diversas em diferentes países” e pode, também, apresentar-se sob formas distintas nos diferentes momentos da história de um mesmo país. [...] E isso porque, antes de tudo, “as probabilidades de instauração de uma ditadura fascista estão ligadas ao grau de combatividade da classe operária e à sua capacidade de defender as instituições democráticas”. Em outros termos, não basta “apenas a transformação reacionária das instituições burguesas” para se ter o fascismo, nem toda a repressão é fascista, nem todo o uso arbitrário da autoridade e nem toda a ditadura podem ser chamados de fascistas. Sempre é preciso, portanto, ir além das aparências, buscar as determinações concretas. (Nogueira, 1978, p.xii)

A universalidade do método investigativo marxiano proporcionou a Antonio Gramsci e a Palmiro Togliatti gradualmente a compreensão do fascismo como uma manifestação de uma nova forma de regime de Estatolatria, como

movimento oriundo da insatisfação dos setores da pequena burguesia urbana e rural, instrumentalizada sob o fascio para a contenção dos trabalhadores organizados em benefício da hegemonia política da burguesia. E encontrou nas concepções chauvinistas de ordenamento social o fundamento de uma reorganização das instituições políticas e econômicas na Itália.

Os intérpretes da filosofia da Práxis, Gramsci e Togliatti, compreenderam que estes processos de revolução passiva, de revolução restauração, poderiam ocorrer também em outros países através de formas particulares de manifestações de reação política, como resultado das singularidades de cada formação nacional e, como afirmou Togliatti, “do grau de combatividade da classe operária e de sua capacidade de defender as instituições democráticas”.

4.2. O fascismo como particularidade da autocracia chauvinista italiana: perspectivas singularizantes e generalizantes do conceito

Os intelectuais que identificavam as consequências da crise, nas primeiras décadas do século XX, as deficiências da tradição liberal-democrática e as ameaças do comunismo encontraram nos ex-combatentes, e em segmentos da pequena burguesia do período, aguerridos militantes que aderiram às novas propostas políticas que refletiam uma releitura da tradição intelectual conservadora através de uma nova proposta de projeto de Estado intervencionista e mobilizador. Antiliberal e anticomunista, sua lógica organizacional colocava o Estado como sujeito histórico buscando evitar o conflito entre as classes sociais decorrentes das contradições econômicas e políticas que castigavam parte da população da Europa, vitimada pela Primeira Guerra Mundial.

Mussolini chamava o fascismo de “realização proletária” com a pretensão de conquistar as massas, mas era a pequena e média burguesia que seus discursos e medidas agradavam. Estava sendo desenvolvido pela imprensa fascista, a partir de então, o mito do grande desenvolvimento da Itália e do nível de organização do Estado. Instaurou-se o Estado corporativista, cujo objetivo era controlar a classe operária facilitando a acumulação de capital através de empresas tutoradas pelo Estado intervencionista.

As apropriações e utilizações inadequadas do conceito de fascismo em muitos trabalhos acadêmicos e análises políticas contemporâneas para

designação de movimentos, partidos e intelectuais chauvinistas proporcionam, na atualidade, uma insuficiente e inoportuna instrumentalização conceitual para a explicação de fenômenos particulares.

O uso do referido conceito como fundamento retórico para desqualificação no âmbito dos embates políticos também não colabora para a caracterização dos fenômenos, sob a lógica do rigor científico. Isso ocorre devido ao aspecto generalizante do termo “fascismos”, que ofusca a compreensão das especificidades identitárias, comprometendo a análise concreta e, de forma intrínseca, as estratégias de antagonismos necessárias à guerra de posição contra as expressões chauvinistas na contemporaneidade.

Para Leandro Konder (2009), a justaposição das categorias é fundamental. O autor aponta que a denominação fascista é utilizada de forma genérica como arma de luta política para desqualificar tendências reacionárias de direita, porém o filósofo brasileiro adverte que, na utilização do termo para seu uso científico, o critério da particularidade do fenômeno italiano é essencial como condição para a compreensão da diversidade das organizações portadoras de um nacionalismo exacerbado e violento.⁷

O *Dicionário crítico do pensamento de direita* (Silva, 2000a, p.170), segundo o verbete do conceito em questão, apontou que a denominação genérica de “fascismos” deve-se ao fato cronológico do caso italiano, que em 1922 inaugurou uma nova tendência política que serviria de modelo à maioria dos regimes autocráticos chauvinistas.

As relações entre o conceito de fascismo e *fascio* foram explicadas através de seu sentido filológico e genético, segundo Leandro Konder em seu livro *Introdução ao fascismo*.⁸

7 “Por seu teor explosivo, a palavra ‘fascista’ tem sido frequentemente usada como arma na luta política. É compreensível que isso ocorra. Para efeito de agitação, é normal que a esquerda se sirva dela como epíteto injurioso contra a direita. No entanto, esse uso exclusivamente agitational pode impedir a esquerda, em determinadas circunstâncias, de utilizar o conceito com o necessário rigor científico e de extrair do seu emprego, então, todas as vantagens políticas de uma análise realista e diferenciada dos movimentos das forças que lhe são adversas. Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou autoritarismo.” (Konder, 2009, p.25-26).

8 O termo *fascismo*, lançado por Mussolini, vem de *fascio*, que significa *feixe*. Na Roma antiga, no tempo dos césares os magistrados eram precedidos por funcionários – os *litore* – que impunham machados cujos cabos compridos eram reforçados por muitas varas fortemente atadas em torno da haste central. Os machados simbolizavam o poder do Estado de *decapitar* os inimigos

A mudança no seu significado foi atribuída primeiramente ao poeta futurista italiano Filippo Marinetti, que em 1917 conferiu ao conceito um sentido nacionalista e autoritário. Dois anos depois, em 1919, surge na Itália o *Fascio de Combattimento*, fundado por Benito Mussolini. Os militantes desse movimento eram conhecidos como fascistas e combatiam movimentos grevistas e concentrações socialistas. Quando os fascistas chegaram ao poder no Estado italiano sob a direção de Mussolini, em 1922, o símbolo foi utilizado como marca do novo regime político.⁹ O fascismo enquanto sistema político foi caracterizado pela monopolização da representação política por parte de um partido de massa único, hierarquicamente organizado e por uma ideologia de culto ao líder, na exaltação da nacionalidade, na crítica aos valores do individualismo liberal, no anticomunismo e no ideal de colaboração de classes numa proposta corporativista, através da estatização dos meios de comunicação de

da ordem pública. E as varas amarradas ao redor do cabo constituíam um *feixe* que representava a unidade do povo em torno da sua liderança. No século XIX, o termo *fascio* foi adotado por *uniões* ou organizações populares, formadas na luta em defesa dos interesses de determinadas comunidades. Na Sicília, de 1891 a 1894, constituíram-se, por exemplo, vários *fasci* de camponeses, em geral liderados por socialistas, para reivindicar melhores contratos agrários. Quando se iniciou a Guerra Mundial, em 1914, formaram-se em vários lugares da Itália *fasci* ‘patrióticos’ [...]. Mussolini ficou impressionado com o surgimento destes novos *fasci*. (ibid., p.63).

- 9 “A denominação ‘*fascio*’ havia sido utilizada para designar grupos que tinham lutas e princípios comuns. Foi o caso de Corridori e dos ‘*fasci* de Marinetti’ – líder do movimento futurista – e mais tarde, de Gabriele D’Annunzio. Os fascistas se organizaram, a partir de 1919, em ‘*fasci de combattimento*’, grupos de caráter paramilitar. Os grupos de combate foram organizados nas principais cidades italianas. Os membros foram treinados, uniformizados, receberam armas e insígnias, sendo comandados por oficiais do exército. Industriais e proprietários de terras passam a financiar as forças fascistas, dando-lhes armas e suprimentos. Os *fasci* travaram lutas com as forças públicas e com as organizações socialistas de trabalhadores. As lutas travadas contra as forças italianas cessaram a partir de 1921, aumentando a força de ação contra os comunistas a partir de 1922, ou seja, logo após a criação do Partido Comunista Italiano. O confronto entre as brigadas fascistas e os socialistas, divididos em pequenos grupos e sem uma ação comum em nível nacional, demonstrou a superioridade organizativa dos fascistas. O movimento começou a ter repercussão nacional e aumentou o número de adeptos. No início os *fasci* conquistaram e organizaram a massa proletária desarticulada e desesperançada. Mais tarde atuou junto às camadas médias da população. O confronto entre grupos socialistas e as brigadas fascistas dá início a uma guerra civil. [...] A Marcha sobre Roma foi a maior ação das brigadas fascistas, com o apoio de industriais e proprietários de terras ampliaram seu poder bélico. Os ‘*fasci*’ chegaram ao número de 2,2 mil armados em organizados em toda a Itália tendo uma tropa de 320 mil homens. A tomada do poder era apenas uma questão de tempo. Ao assumir o Gabinete em 1922, Mussolini institucionaliza o *fascio* organizando-o como força pública. As brigadas fascistas tornaram-se força militar, sendo coordenadas por uma Secretaria de Estado.” (Giron, 2000, p.169-170).

massa por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e do dirigismo estatal no âmbito da economia.

Nas instrumentalizações do conceito fascismo o mesmo pode ser dividido nos seguintes significados principais: o primeiro faz referência à experiência histórica original, constituído pelo fascismo italiano; o segundo está ligado à dimensão internacional que o fascismo alcançou com a consolidação do Nacional Socialismo na Alemanha, que se assemelhava a ele, com distinções, em relação a critérios organizativos e finalidades políticas. O que levou estudiosos contemporâneos a estabelecerem uma analogia entre o fascismo italiano e o que foi chamado de fascismo de tipo alemão, estendendo o conceito a todos os movimentos ou regimes que compartilharam com o regime italiano certo número de características ideológicas, critérios de organização e finalidades políticas (Silva, 2000a). Nesta última acepção, o termo fascismo assumiu atributos generalizantes.

Os estudos interpretativos sobre o fenômeno foram definidos como “teorias” sobre o fascismo, segundo a perspectiva liberal de Ernest Nolt (1963), e podem, de acordo com o autor, ser divididos em duas categorias: as teorias singularizantes e as teorias generalizantes. Pertencem à primeira categoria as teorias que para explicar o regime fascista recorrem às particularidades das realidades nacionais dos regimes estudados e rejeitam toda tentativa de generalização. Segundo os defensores desse tipo de abordagem, o conceito fascismo aplica-se corretamente à organização política que se impôs na Itália nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, e ao tipo de regime por ele instaurado após a tomada de poder. Em relação a outros movimentos ou regimes semelhantes, só impropriamente se pode aplicar o conceito fascismo.

Na abordagem singularizante o fascismo é considerado como um produto particularmente característico da sociedade italiana, perspectiva esta, que é minoritária nos estudos sobre o tema. As primeiras hipóteses de explicação do fenômeno, com base em fatores internos típicos da situação italiana, surgiram na década de 1920 de acordo com a consolidação do movimento fascista.

É relevante também diferenciar o fascismo como movimento e o fascismo como regime, como já haviam apontado Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti. Como movimento refletia a expressão das aspirações da classe média emergente, ou de uma parte consistente dela, apoiada por setores dos trabalhadores, em busca de um protagonismo político autônomo, tanto em confronto com a burguesia quanto com o proletariado organizado.

O fascismo como regime resultava de um compromisso entre a ala moderada do movimento e as velhas classes dirigentes, restringindo o impulso original do movimento e preservando a manutenção das relações tradicionais de poder entre as classes para que Mussolini continuasse no poder.

A perspectiva singularizante evidenciava a necessidade de se evitar generalizações arbitrárias e explicitava a necessidade de pontuar as singularidades nacionais históricas entre as tendências políticas em discussão. Atribuir o conceito de fascismo ao caso Itália é antes de tudo uma evidência cronológica na perspectiva da análise genética.

A segunda possibilidade, que compreende a interpretação generalizante do conceito, considera o fascismo como fenômeno supranacional que se apresentou em diversas formas nas quais historicamente se revestiu, apresentando características essencialmente análogas.

Em contradição a essa interpretação, a corrente historiográfica singularizante visa reduzir o âmbito de aplicação do conceito de fascismo apenas ao contexto italiano. O centro da análise é o fascismo em sua dimensão político-ideológica e a tese de especificidade é baseada, em primeira instância, nas diferenças ideológicas e de projetos políticos do fascismo italiano com relação ao nazismo ou à experiência de Portugal ou Espanha, ou nas experiências de organizações chauvinistas em países fora do continente europeu, como o Brasil.

Já a partir das primeiras décadas do século XX, predominaram as interpretações que tendiam a acentuar o caráter supranacional do fascismo, e iriam orientar a maior parte da pesquisa e alimentar o debate teórico mesmo depois da Segunda Guerra Mundial. As abordagens generalizantes explicaram, como apontado, o fascismo italiano e o nacional socialismo alemão, apesar das diferenças relativas às particularidades históricas nacionais, como especificações de um modelo de dominação único.

No aspecto do caráter restritivo de muitas interpretações sobre os fenômenos políticos chauvinistas, Schieder (1972) advertiu sobre a tradição anglo-saxã que ignorava a produção dos primeiros analistas do fascismo. O autor espanhol citou a contribuição dos italianos T. Turati e Carlo Treves, que indagavam já na década de 1920 a possibilidade de expansão do fascismo além das fronteiras de países industrializados como no caso italiano. Segundo o referido autor, estes precursores na análise sobre o fascismo afirmavam que seriam possíveis fenômenos fascistas como reflexos de repúdio contra o liberalismo

representativo também no sul e sudoeste da Europa, onde a hegemonia liberal e a economia industrial ainda não haviam se concretizado.

O debate acadêmico em torno do conceito é polêmico e controverso no que diz respeito à natureza deste fenômeno político e tem sua gênese já no momento em que o fascismo avança de movimento para regime político na Itália.

Schieder (1972 apud Silva, 2000b) defendeu a universalidade possível do fascismo como fenômeno histórico, com seu ápice no entreguerras, e a necessidade teórica de garantir a autonomia de uma teoria do fascismo em face dos fenômenos históricos que o envolvem.

A tese da universalidade dos “fascismos” implica a rejeição da atribuição do termo a uma experiência nacional específica, seja alemã, italiana ou outra variante excluída das interpretações historiográficas dos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Nesta perspectiva, a indagação sobre o que se considera fascismo é respondida pelo autor em questão: “[...] se reconhecem como fascistas movimentos nacionalistas, extremistas de estrutura hierárquica e autoritária de ideologia antiliberal, antidemocrática e antissocialista” (Schieder, 1972, p. 97 apud Silva, 2000b).

Para Silva (2000b, p.122), na busca de um modelo de análise para os fenômenos políticos em discussão, devem ser considerados os aspectos comuns existentes nas experiências históricas nacionais; nesse sentido, para o autor, o culto ao líder, a ideologia nacionalista, o antiliberalismo e o anticomunismo são elementos em comum nos fenômenos políticos em questão, entretanto, o conceito genérico de fascismo representa um modelo de análise operacional.

Para Felice (1988), a questão da generalização do conceito fascismo é um problema equivocado nos trabalhos acadêmicos sobre o tema. O autor aponta elementos ideológicos e organizativos que aproximam certas experiências nacionalistas na primeira metade do século XX, porém enquanto regime o fascismo foi um fenômeno restrito à Europa, ligado a condições históricas específicas. Porém, a expansão das ideologias chauvinistas consolidou-se em movimentos políticos de países não europeus. Nesse sentido, a distinção entre movimentos e regimes em questão é central para a análise dos respectivos fenômenos.

Em algumas das interpretações existentes dentro de parte da historiografia marxista,¹⁰ o fascismo também é identificado numa perspectiva generalizante

10 Cf. Bottomore (2001, p.147-148).

e compreendido em sua essência como uma ditadura da burguesia quando o termo foi aplicado a realidades nacionais diversas. Na concepção marxista generalizante, as origens dos “fascismos” enquanto fenômenos internacionais são relacionadas com a crise histórica do capitalismo, em seu estágio de Estado de exceção na época do imperialismo, e com a necessidade que a burguesia tem, em face do agravamento das crises econômicas e da intensificação do conflito de classes, de manter o seu domínio.

O imperialismo, nessa perspectiva interpretativa, envolve a tendência de transformar as instituições da burguesia, nas quais o fascismo é compreendido, na expressão mais coerente desta tendência de modificação do sistema societal. O fascismo constitutivamente era uma das formas do Estado capitalista de exceção, precisamente a forma caracterizada pela ditadura aberta da burguesia, exercida sem a mediação das instituições democráticas representativas. A Itália e a Alemanha, como elos mais fracos da cadeia imperialista, foram neste sentido as primeiras a experimentar esta forma de dominação.

A utilização generalizante do conceito de fascismo obstrui a compreensão das mediações que possibilitam a compreensão das diferentes manifestações de formas autocráticas, de manifestações ideológicas e de modelos de ordenamento social. Nesse sentido, a historicidade dos fenômenos perde-se diante de experiências concretas singulares. Em contraposição à perspectiva generalizante predominante na esquerda, a perspectiva lukacsiana valorizou a categoria da particularidade como critério analítico, distinguindo as diferentes formas de manifestações autocráticas – como será apontado adiante – sobretudo nas referências à interpretação marxista brasileira realizada na contribuição ao debate lukacsiano desenvolvido por José Chasin (1978).

Na perspectiva analítica de continuidade e renovação, essas interpretações influenciadas pelo legado marxiano acumularam a compreensão de conhecimentos e dialeticamente conservaram pressupostos já estabelecidos, ampliando as dimensões analíticas sobre o debate em questão.

4.3. As perspectivas generalizantes do totalitarismo e da extrema direita como critérios interpretativos

Embora se constitua num dos temas mais importantes da história contemporânea com uma extensa e controvertida bibliografia nacional e

internacional, o fascismo enquanto objeto de estudo acadêmico recebeu uma nova retomada de interesse por parte de historiadores, filósofos e cientistas sociais nas últimas décadas do século XX, com novas perspectivas analíticas.

No cenário internacional, depois da reunificação alemã e após os cinquenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, vários países da Europa e da América do Norte começaram a tornar público os seus arquivos, em parte referente ao fascismo e ao nazismo, estimulando novas pesquisas.

O ressurgimento de movimentos genericamente denominados de extremistas de direita e de vitórias eleitorais ou votos representativos em proporção numérica a políticos ligados a plataformas políticas chauvinistas e xenóforas, no final do século XX e início do século XXI, também gerou grande repercussão nos meios midiáticos e levou pesquisadores a reverem as análises do conceito fascismo, que eram relacionadas diretamente ao contexto do pós-Primeira Guerra Mundial.

A aplicação e a popularização da expressão contemporânea extrema direita para qualificar as manifestações políticas que se diferenciam do ideal liberal democrático e das tendências de esquerda são oriundas, em grande medida, do meio jornalístico e, neste contexto, novas investigações acadêmicas, muitas de grande qualidade, retomam a expressão na intenção de garantir o status de conceito explicativo dentro das Ciências Sociais.¹¹

Para compreendermos melhor algumas explicações sobre o tema em debate é importante destacarmos que na conjuntura da Guerra Fria obviamente a interferência de fatores políticos na interpretação do fenômeno foi direta. E é derivada desta circunstância uma interpretação que surge no imediato pós-guerra, atribuindo ao caso alemão uma responsabilidade quase que exclusiva, ficando a experiência italiana como coadjuvante do fenômeno.

Perspectiva esta que legitimava a punição imposta pelos “Aliados” aos países que haviam composto as denominadas “Potências do Eixo”, mas que não poderia ampliar as sanções impostas a um número muito grande de países envolvidos diretamente com os regimes fascista e nazista, pois estas sanções poderiam tencionar a posição das antigas elites no poder e favorecer a sovietação dos países em questão. “Casos especiais – como o Japão, a Espanha e Portugal – eram rapidamente afastados do debate (especialmente pelos Estados Unidos) em função do antagonismo já nítido entre este e a URSS.”

11 Cf. Jimenez (1997, 1998, 2001, 2004).

(Silva, 2000a, p.114). Essa perspectiva de interpretação, seguindo uma tendência apaziguadora e restritiva, era de grande interesse à geopolítica americana. E a versão historiográfica dos vencedores da Segunda Guerra Mundial consolidou a visão do fascismo enquanto um fenômeno restrito no espaço e no tempo. É nesse contexto da Guerra Fria que surgem as chamadas teorias do Totalitarismo.

O primeiro a utilizar a expressão totalitarismo foi Benito Mussolini na intenção de supervalorizar através de seus discursos o Estado italiano: “[...] espiritual ou materialmente, não existiria qualquer atividade humana fora do Estado, neste sentido, o fascismo é totalitário” (Mussolini, 1935, p.7). A expressão está presente no verbete “Fascismo” da Enciclopédia Italiana (1932).

A oposição liberal italiana, entre 1923-1925, apropriou-se de tal expressão, caracterizando o fascismo em um Estado totalitário. A difusão desta expressão também é de responsabilidade de uma das lideranças da oposição liberal ao fascismo, Giovanni Amendola (1882-1926), que exilado na França escreve vários artigos sobre a situação italiana utilizando a referida expressão e popularizando-a.

Alguns anos depois, em 1929, o *Times*, de Londres, começa a utilizar a expressão para comparar a situação política da Rússia e da Itália. Mas foi a difusão dos trabalhos junto ao público americano de Hermann Hauschning (1887-1982), um ex-membro do Partido Nazista que rompe com Hitler em 1934 e migra para Suíça, depois para os EUA, dedicando-se à análise do nazismo através da obra *Revolution des nihilismus*, de 1938. Utilizando largamente a expressão totalitarismo, recebe a atenção da American Philosophical Society, que no seu primeiro congresso em 1940 formalmente inicia um amplo debate dando à expressão o status de conceito acadêmico que impulsionaria uma série de investigações a fim de distinguir a pretensa tradição liberal democrática anglo-saxã de tendências políticas diferenciadas na Europa.

O uso do termo generalizou-se após a Segunda Guerra Mundial. E, durante o mesmo período, foram formuladas as teorias clássicas do totalitarismo: Hannah Arendt (*As origens do totalitarismo*, 1951), Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski (*Totalitarismo ditatorial e autocracia*, 1956).

Para Arendt, o totalitarismo é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem. Nesse sentido, o

fim do totalitarismo é a transformação da natureza humana, e tal fim é objetivado mediante a combinação de ideologia e terror. Para Arendt (1989), em sua clássica obra *As origens do totalitarismo*, os movimentos totalitários objetivaram e conseguiram organizar as massas, e não as classes como faziam os partidos políticos nos Estados nacionais. Estes dependem da força numérica, aqueles agem com força bruta. Nesse sentido, o termo massa se aplicava às pessoas que pelo seu número e pela sua indiferença não podiam integrar-se numa organização como partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Nesta lógica, tanto o nazismo como os movimentos comunistas na Europa pós-30 recrutaram os seus membros dentre as massas de pessoas abandonadas por outros partidos. A maioria de seus membros nunca havia participado da vida política. Isso permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política. Foi moldada uma configuração de militantes que nunca havia sido atingida pelos partidos tradicionais.

O colapso do sistema de classes significou para a autora também o colapso do sistema partidário e foi nesta atmosfera que se constituiu, segundo ela, o “homem de massa”, resultado da sociedade atomizada e individualizada. Arendt afirmou que a fim de transformar a ditadura revolucionária de Lênin em regime totalitário, Stalin teve de criar artificialmente aquela sociedade atomizada que havia sido preparada para os nazistas na Alemanha por circunstâncias históricas. Ele liquidou o resto do poder dos soviets e a liquidação da classe média e camponesa terminou no início da década de 1930. A classe operária foi desarticulada com a criação de uma aristocracia operária e, de 1936 a 1938, todo o setor administrativo e militar soviético foi desestruturado, colocando todos os indivíduos numa multidão de trabalhos forçados, segundo a autora.

Naquele contexto, ressaltou Arendt (1989), um dos últimos elementos da prática stalinista em seus momentos finais foi uma mudança em seu discurso: a afirmação de uma conspiração mundial judaica. Altos funcionários do partido foram acusados de sionismo e de relações com o imperialismo americano.

No plano organizativo, para a autora, a ação da ideologia e do terror manifestou-se através do partido único, cujas organizações funcionais realizaram a sincronização ideológica de todos os tipos de grupos e instituições sociais e a politização de todas as áreas da sociedade por meio da polícia secreta. E transformou toda a sociedade num sistema vigiado, visando à mobilização total de todos os cidadãos em defesa da ideologia.

O aspecto central destas teorias e ao mesmo tempo o mais criticado é a subsunção sob uma mesma categoria, a do Estado Totalitário, a interpretações dos regimes fascistas e da URSS stalinista, com base em analogias existentes na estrutura e em técnicas de gestão do poder político.

As teorias clássicas do totalitarismo estão sujeitas a numerosas críticas que têm por alvo uma dupla série de problemas. O primeiro diz respeito ao campo específico de análise do regime fascista. É inadequada a hipótese de que os sucessos dos movimentos denominados “totalitários” estejam relacionados com o conjunto de fenômenos compreendidos no conceito de “sociedade de massa”. Pois na Itália, por exemplo, o sistema de estratificação social era rígido, o peso das estruturas tradicionais muito mais forte e o grau de “atômização” muito menor que em outros estados onde o modelo fascista não foi executado como alternativa viável e concreta, o mesmo exemplo se aplica ao caso português e espanhol.

Outra questão relevante a respeito da utilidade do conceito de totalitarismo é que o mesmo não permite discriminar entre regimes que, apresentando analogias no funcionamento do sistema político, diferem em outros aspectos importantes, como os relativos à conjugação de forças que favoreceram o seu êxito, a relação entre as velhas e as novas elites, ao tipo de mudança na estrutura econômica e social e suas consequências nas formas de sociabilidades.

A utilização do conceito tem evidenciado a necessidade de uma maior distinção entre os sistemas políticos e suas respectivas ideologias, baseada na análise comparada dos diversos regimes, capaz de levar em conta as suas diferenças históricas e nacionais. O problema desta generalização conceitual é a tendência de compreender dentro do mesmo tipo conceitual, o fascismo italiano e o nacional socialismo alemão, com base nas analogias observáveis nas técnicas de gestão do poder político e na base social.

Nas teorias clássicas do totalitarismo, como a de Hannah Arendt, as experiências totalitárias são atribuídas somente à Alemanha de Hitler e ao stalinismo. Não se estendendo às demais experiências históricas.

O equívoco de análises que instrumentalizam o conceito de totalitarismo a experiências históricas diversas evidencia o aspecto generalizante de sua aplicabilidade. Como, por exemplo, as formulações de Araújo (1988) que afirma ser a ideologia integralista brasileira uma manifestação de totalitarismo, como será apontado adiante.

José Chasin em seu ensaio “Sobre o conceito de totalitarismo” afirmou que o conceito é uma expressão de classificação formal, jamais uma explicação do fenômeno, que cumpre a diretiva ideológica liberal de ocultar através de um “universal abstrato para defender um privilégio concreto particular” (Chasin, 2000, p.84). “É propriamente a isto que o conceito de totalitarismo conduz: à impossibilidade de compreender os fenômenos que precisamente julga determinar” (Chasin, 2000, p.82).

Chasin, através da crítica ao livro *Estado democrático e Estado totalitário* do intelectual frankfurtiano Franz Neumann (1969), atacou os pressupostos liberais que fundamentam o conceito. Segundo Neumann (1969), os fatores essenciais do totalitarismo estão consubstanciados na transição de um estado de direito para um estado policial, a ausência do pluripartidarismo em detrimento do denominado regime totalitário e o terror subjungando o indivíduo.

Para Chasin, a perspectiva de Neumann (1969) do totalitarismo é uma abstração generalizante e, citando trechos do livro do referido autor, evidencia estes elementos de pressupostos liberais.¹²

A generalização entre experiências históricas concretas propiciada pelo conceito de totalitarismo é, segundo Chasin, fundamentada numa lógica tautológica e permeada por concepções legalistas englobando manifestações políticas que contrariam o ideal liberal, implicando a obstrução da compreensão de que a hegemonia está sempre relacionada aos sistemas de poder vigente e que o entendimento das formas de dominação é propiciado pela historicidade dos fenômenos em suas particularidades.

Os limites do conceito estão consubstanciados na fundamentação explicativa de fenômenos distintos, confundidos por suas aparências similares, e a pretendida universalidade explicativa é limitada pelo seu caráter

12 “Tudo gira, como procuramos evidenciar, dentro do universo do liberalismo. E as determinações relativas ao totalitarismo nada mais são do que definições pela negação, relativamente aos caracteres liberais. Em última instância, a noção de totalitarismo nada mais reflete que o liberalismo em sinal trocado. [...] A abstrata oposição estabelecida entre o plano jurídico e o da força material reflete a clássica convicção de que o poder legítimo ‘é o império das leis, não dos homens’, e de que ‘todos têm direitos iguais perante a lei e que todos têm direito a liberdade civil’, de modo que ‘o governo tem por finalidade principal a defesa da liberdade, da igualdade e da segurança de todos os cidadãos’ [...]. De forma que, para análise liberal, a questão do Estado se resume na problemática da legalidade, dado que tudo se gera e resolve no jogo interindividual ordenado por regras definidas acima do social, ficando excluída qualquer consideração relativa problemática das classes e de sua hegemonia.” (Chasin, 2000 p.80).

gnosiológico e abstrato. A maior consequência desta operação ideológica é a impossibilidade de identificação dos vínculos entre capitalismo e fascismo como estado de exceção do sistema do capital.¹³

Rompendo com a identificação de fascismo ou totalitarismo para a explicação da identidade ideológica do fenômeno em análise, José Chasin (1978) fundamenta, em estudo clássico sobre a ideologia do Sigma, a identidade e particularidade do integralismo (Chasin, 1978, p.53-4).

A análise crítica sobre o conceito de totalitarismo, realizada por Antonio Rago Filho (2008) em trabalho sobre o integralismo de Plínio Salgado, também ressaltou, seguindo os direcionamentos de Chasin (1978), os limites analíticos de generalizações abstratas.¹⁴

Utilizada em grande medida em âmbito jornalístico, a expressão extrema direita, assim como o conceito de totalitarismo, também cumpre uma finalidade ideológica de aparente denúncia de manifestações antidemocráticas nas sociedades capitalistas democráticas.

No mesmo sentido abstrato e generalizante do conceito de totalitarismo, a expressão extrema direita não possibilita a compreensão sobre as particularidades dos objetos investigativos em análise, pois o caráter gnosiológico e generalizador da expressão extrema direita também obstrui a compreensão das manifestações políticas em seus aspectos de historicidade e particularidade.

13 “Ir além do conceito de totalitarismo é, em última análise, reconhecer a falsidade dos conceitos que fundamentam a teoria própria ao sistema. Se, como quer a própria análise liberal, o fenômeno totalitário é a negação da igualdade dos homens, negar o conceito de totalitarismo não é refutar essa desigualdade factual, mas é reconhecê-la como própria também ao sistema que gera aquela perspectiva, o que obviamente aniquila a própria perspectiva, o que vale dizer que ilegítima o sistema ele mesmo.” (ibid., p.85).

14 “Este obnubilamento criado pela conceituação liberal se serviu de *universais abstratos* para tentar descrever o real e, com isso, tal conceituação ficou impossibilitada – exatamente pela determinação *social* de sua perspectiva – de apropriar-se dos *universais concretos* por meio das mediações e determinações concretas. Este procedimento formalista, de natureza política, além de tornar equivalentes fenômenos históricos, por mais distintos que pudessem ser, acabou por reduzir a história a uma construção eventista. Assim sendo, ao contrapor a todo monopólio de poder, a todo estado *totalitário*, os valores do estado liberal, a *análise convencional* ocultou a questão da própria hegemonia de classe, operando-se, assim, a eternização do estado e da dominação de classe.” (Rago Filho, 2008, p.194). Publicado originalmente com o título “A crítica ontológica à oposição romântica da ‘miséria brasileira’: os integralismos de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale”, como posfácio à segunda edição da obra de Chasin (1999), *O integralismo de Plínio Salgado*.

Nesse sentido, compreende-se também que expressões com o acréscimo do prefixo neo podem transparecer indiretamente que são termos tratados para a designação de fenômenos políticos, novos como as denominações “neofascistas”, “neonazistas”, ou por exemplo a derivação da denominação “neointegralismo”. Entende-se porém que militantes e organizações fascistas, nazistas ou integralistas nunca deixaram de atuar na sociedade para a divulgação de suas ideologias. Assim, compreende-se que a expressão integralismo contemporâneo é mais pertinente que “neointegralismo”, não abrindo margem para a insuficiência do prefixo, como foi fundamentado no primeiro capítulo acerca do método de investigação e do método de exposição desta pesquisa.

O aspecto generalizante da expressão extrema direita pode ser identificado no verbete extremismo político, do *Dicionário de Ciência Política*, organizado por Norberto Bobbio (2001). O verbete extremismo evidenciou o critério explicativo sob uma perspectiva fundamentada numa lógica analítica intrínseca à lógica liberal.

Para Belligni (1986, p.457-9), o extremismo político é um fenômeno “que rejeita as regras do jogo de uma comunidade política, não se identificando com as finalidades, os valores e as instituições prepostos à vida pública”.

A expressão extrema direita já traz de forma intrínseca um juízo valorativo não mediado pelas particularidades que permitem a compreensão das diferenças dos fenômenos políticos, não possibilitando o entendimento das configurações sociais e da historicidade dos objetos em investigação, não propiciando a ponderação das mediações que favorecem a lógica das determinações dos fenômenos.

Na análise das expressões chauvinistas, se utilizarmos a expressão extrema direita para qualificar organizações políticas na contemporaneidade brasileira, por exemplo, colocamos no mesmo contexto uma diversidade de organizações políticas, como monarquistas fundamentalistas cristãos da organização Tradição Família e Propriedade (TFP), nazistas, admiradores do fascismo, seguidores da ideologia integralista, organizações juvenis skinheads, entre várias outras manifestações políticas que defendem o nacionalismo como princípio ideológico, mas que são diferentes em suas concepções e formas de organização.

De acordo com os pressupostos lukacsianos, seguidos nas investigações de José Chasin relativos à concepção marxiana do problema do universal e do particular, este procedimento analítico é adequado para a busca de

suplantação de expressões que são aparentemente “categorias lógicas”, mas que representam “aparências formalistas” mistificando suas funções.¹⁵

Na mesma lógica do conceito de totalitarismo, a expressão extrema direita é uma expressão de classificação formal, jamais uma explicação do fenômeno, que cumpre a diretiva ideológica liberal de ocultar através de um “universal abstrato”. Isso, resulta na impossibilidade de compreender os fenômenos que precisamente julga determinar, como também apontou José Chasin (2000) em suas análises referenciadas a seguir.

4.4. O debate sobre o caráter ideológico da imprensa integralista e do projeto político econômico do Estado Integral

Os intelectuais do Sigma e suas formulações proporcionaram, desde a década de 1970, um polêmico debate sobre a identidade ideológica do integralismo, abrindo margem para discussões sobre o suposto caráter fascista da organização e de seus seguidores ou se as concepções formuladas por Plínio Salgado e seus herdeiros representavam valores diferentes do fascismo por ser uma manifestação particular, uma ideologia regressiva, ainda mais retrógrada que o fascismo italiano.

As polêmicas a respeito da natureza ideológica do integralismo brasileiro, sobretudo nos trabalhos pioneiros sobre o tema, tiveram como característica a ênfase na questão da ideologia e da organização da Ação Integralista Brasileira (AIB), nas quais as discussões pautadas na explicação do mimetismo ideológico ganharam fôlego, levando a uma divergência entre as primeiras análises de nosso objeto de estudo.¹⁶ Esses primeiros estudos sobre os integralistas preocuparam-se em explicar basicamente a dimensão ideológica do integralismo, discutindo a organização do movimento e a estrutura do

15 “Já que, agora, as categorias puramente lógicas, em sua construção, são formadas segundo este modelo, elas podem – aparentemente – desempenhar sem problemas a sua função na filosofia do Estado e da sociedade. A pseudorracionalidade destes nexos recebe uma pseudo evidência na medida em que estas categorias se deixam unificar por si em um silogismo. Tudo isso, porém, é apenas uma aparência formalista. [...] o duplo sentido contraditório entra necessariamente em ação e mistifica o nexos, ao invés de exprimir seu núcleo racional.” (ibid., p.74-5).

16 Cf. Trindade (1974), Chasin (1978, p.663), Vasconcelos (1979), Chaui (1978), Araújo (1988), Citrynowicz (1992) e Dutra (1997).

partido, relacionando-as com o chamado “pensamento autoritário”, “totalitário” ou “fascista”, que aqui teria surgido como reflexo dos desdobramentos políticos da Europa.

Posteriormente, investigações sobre o integralismo produzidas a partir da década de 1980 receberam abordagens também importantes, aprofundando questões sobre a diversidade dentro da AIB, sob a perspectiva da história regional (Gertz, 1987; Silva, 1996; Caldeira, 1999; Santos, 1996) e municipal (Milke, 2003).

A polêmica conceitual para a definição do caráter da ideologia integralista iniciou-se já com as primeiras investigações sobre o tema, nas obras de Trindade (1974) e de Chasin (1978). O trabalho deste último veio na verdade como resposta crítica à tese do primeiro, que defendeu o caráter fascista do movimento. E são nestas obras, juntamente com as de Araújo (1988) e de Vasconcelos (1979) que o debate sobre a questão da identidade ideológica do integralismo obteve grande ênfase.

A investigação de Trindade (1974) foi baseada na perspectiva de que ocorreram condições históricas favoráveis para a efetivação de manifestações de caráter fascista no Brasil, interpretação evidenciada já no título de sua obra *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*.

Para o autor, o país entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 30 vivenciou uma sociedade em transição, uma modernização capitalista, conjuntura que propiciou o desenvolvimento do integralismo num partido de massas. Trindade explicou que as mudanças políticas e ideológicas dos anos 1930 representaram um processo oriundo da crise da sociedade brasileira no contexto do pós-guerra, que para ele se manifestou desde o nível econômico-social até os padrões culturais.

A pesquisa de Trindade (1974) buscou situar o contexto histórico nacional do período como um momento de instabilidade político-social, o que teria favorecido a divulgação das ideias integralistas após longo exame da ideologia de Plínio Salgado. O autor buscou argumentos para sua análise na própria biografia do líder e fundador da AIB, na visita de Salgado à Itália no final da década de 1920, na entrevista de Salgado com Mussolini e através de uma pesquisa com antigos militantes integralistas, tentando compreender os motivos de adesão dos mesmos ao movimento.

Na questão dos valores preconizados pela AIB, Trindade abordou as suas semelhanças com os movimentos então em voga na Europa, como a

proposta de organização corporativa, a crítica ao liberalismo, o culto ao líder e as características estéticas da AIB, como o uniforme dos militantes, a organização paramilitar. No fim do livro, o autor, ao fazer a pesquisa com antigos militantes, buscou compreender a composição social da AIB, colocando que este era um movimento formado em sua maioria por elementos da pequena burguesia, assim como na experiência italiana. E através de entrevistas busca compreender os motivos de adesão ao movimento – sendo o nacionalismo, o anticomunismo e a questão da autoridade, as motivações principais dos antigos militantes para terem aderido ao integralismo. Trindade defendeu então a tese do caráter fascista da AIB, pelas suas proximidades ideológicas e organizacionais com o fascismo italiano.

A tese de Chasin (1978) veio como resposta ao primeiro. Para ele, a AIB não poderia ser uma manifestação fascista, e sim representava uma “utopia reacionária e regressiva” (Chasin, 1978, p.607). O autor afirmou que Trindade, ao analisar a conjuntura nacional nos primeiros anos do século XX, potencializou indevidamente as tensões políticas nacionais para desenvolver sua tese de que o contexto de transição na conjuntura brasileira foi favorável para o surgimento de um movimento de caráter fascista.

Para Chasin (1978), a identificação do integralismo como fascismo, como afirmou Trindade, foi uma “generalização deformante”. O seu principal ponto de apoio teórico foi a crítica ao conceito generalizante de “totalitarismo”, que para ele, assim como “fascismo”, resultou em abordagens dos fenômenos políticos que privilegiaram aspectos políticos em detrimento da análise das características do modo de produção da sociedade em estudo.

Trindade não utilizou o conceito de “totalitarismo” para fazer referência a AIB, porém generaliza a concepção de fascismo na mesma lógica, atribuindo-o à caracterização da identidade do integralismo.

De forma crítica, Chasin afirmou que os usos de conceitos generalizantes para a investigação das particularidades de nossas experiências políticas dificultam a análise científica. Segundo ele, a utilização dos termos “fascismo” ou “totalitarismo” atribuem uma natureza exclusivamente política à investigação da AIB desvinculando-a de outros componentes determinantes do caráter singular do integralismo no Brasil.

O autor abriu, então, outra dimensão de análise sobre o projeto político da AIB ao propor uma investigação sobre o projeto de Estado da AIB, investigando o seu modelo de desenvolvimento econômico através da identificação

da proposta ruralista defendida pelo integralismo como modelo de organização societal para o Brasil sob a égide do denominado “Estado Integral”.

O autor ressaltou que o problema das formas atípicas ou particulares, de formação do modo de produção capitalista, era de seu interesse na pesquisa realizada por ligar-se à questão do fascismo e do integralismo. O fascismo para o autor era um produto da era imperialista, era uma forma de capitalismo altamente desenvolvido, seria um fenômeno político de países industrializados.

O Brasil não apresentaria então, para o autor, as condições para o surgimento de um movimento desse caráter, e a ideologia integralista seria uma crítica romântica ao capitalismo, uma “utopia ruralista e regressiva”, com a proposta de valorização do potencial agrícola brasileiro. Salgado, para o autor, vinha na esteira de uma tradição que se inicia no início do século XX, com Alberto Torres e Oliveira Vianna, na perspectiva do Brasil enquanto potência agrícola.

Para Chasin, Héliog Trindade equivocou-se através de dois planos analíticos ao realizar seu estudo: primeiro, adequando o surgimento da AIB e o contexto de instabilidade político-social brasileiro do pós-guerra a patamares próximos da conjuntura europeia, contexto este que teria favorecido a popularização da ideologia integralista, segundo Trindade. E valorizando excessivamente a influência do fascismo europeu numa perspectiva de mimetismo ideológico.

No seu modo de entender, como há correlação determinante entre capitalismo e fascismo, este não podia ocorrer no Brasil, onde aquele estava em fase de atraso (“capitalismo hipertardio”) e onde não havia condições históricas de eclosão político-social nas dimensões que ocorreram na Europa para provocar uma reação defensiva da burguesia, como aconteceu na experiência italiana do fascismo. Portanto, o integralismo não teria sido um fascismo, apesar de certas características comuns em termos ideológicos, organizacionais e estéticos.

Para Chasin, a particularidade do integralismo só pode ser compreendida como uma formação ideológica peculiar, ajustada à nossa tradição de pensamento nacionalista e ao grau de desenvolvimento da economia nacional do período. Estas diferenciações para o autor são evidenciadas, sobretudo, através da análise dos pressupostos ideológicos do integralismo brasileiro, fundamentado em pressupostos ruralistas e marcados pelo fundamentalismo cristão como embasamento moralizante.

Em síntese, para o autor, Trindade equivocou-se ao limitar o fascismo a um fenômeno estritamente político e ao fundamentar sua tese da AIB como

fascismo brasileiro. Sendo que, para Chasin, os fenômenos políticos apreendidos e explicados sem relação com o modo de produção em que se manifestam escapam a uma análise adequada.

Outro importante estudo sobre a AIB, na perspectiva de investigação sobre a natureza ideológica da Ação, foi realizado por Vasconcelos (1979). O autor contribuiu com sua análise ao denominar o integralismo como uma “ideologia curupira”, expressão que deu título ao seu livro. A dinâmica ideológica nos países da periferia do sistema capitalista é a perspectiva pela qual Vasconcelos buscou compreender a singularidade da AIB. Para ele, foi um fenômeno mimético que teve um discurso guiado pelo desejo nacionalista de superar a heteronomia estrutural do país.

De acordo com Vasconcelos, o diferencial do discurso integralista é que o mesmo não se legitima como herdeiro do fascismo italiano ou do nazismo, versões mais extremadas das muitas propostas centralizadoras e intervencionistas que rondavam o alvorecer do século.

A denominada “utopia autonomista” afirmava-se como a legítima detentora dos interesses nacionais, uma ideologia autônoma e brasileira. Segundo o autor, não havia outra saída para os líderes da AIB, diante do quadro de dependência no qual se encontrava o Brasil no âmbito das relações entre centro e periferia do sistema capitalista, a não ser o discurso da autonomia para a saída da dependência.

Vasconcelos (1979) interpretou a ideologia e o partido integralista numa perspectiva mimética, atribuindo à AIB a manifestação de um fenômeno de extrema direita, pois a vida ideológica da periferia não está atrelada somente a sua estrutura social, mas é influenciada pelo influxo externo. Na Europa e no Brasil, é a partir do vínculo entre a estrutura social e a trajetória da ideologia burguesa que se encontra o germe dos movimentos que o autor denomina de “totalitários” (Vasconcelos, 1979, p.181-182).

O autor afirma, de forma a generalizar os conceitos, que os fenômenos totalitários têm seus germes dentro do pensamento burguês. Para ele, a AIB refletiu uma experiência de mimetismo ideológico e foi um movimento que se inseriu no contexto de ascensão das ideias denominadas de extrema direita (Vasconcelos, 1979, p.104).

Em 1988 foi publicado o estudo de Araújo, que mesmo não tendo a abrangência analítica dos estudos citados buscou outra saída para explicar a singularidade da ideologia integralista de Salgado. O argumento do autor

desenvolveu-se no sentido de ressaltar o caráter “totalitário” que, segundo ele, possuía o integralismo nos textos de Salgado, devido à mobilização total incentivada aos militantes, com a intenção em seu projeto político de incorporar, igualmente e indistintamente, todos os setores da sociedade brasileira.

Araújo (1988), ao estudar o integralismo, teve por perspectiva teórica as concepções de Hannah Arendt.¹⁷ O autor também privilegiou a análise da ideologia e destacou a concepção espiritualista do líder da AIB, assim como suas proximidades com o catolicismo social de Jackson de Figueiredo, que influenciou a crítica de Salgado ao “materialismo das sociedades modernas” representado na sociedade liberal e comunista.

O autor inovou ao levantar a discussão conceitual sobre o caráter da ideologia integralista, refutando as perspectivas do pensamento integralista enquanto expressão do pensamento “autoritário” brasileiro e propôs interpretar as ideias de Salgado a partir do conceito de “totalitarismo”, devido à ênfase na noção da ideia de mobilização absoluta da população, visando eliminar qualquer pluralismo político ou social.

Araújo ressaltou a proximidade entre o pensamento “autoritário” e o “totalitário” nos aspectos de crítica ao regime liberal da sociedade burguesa e da ética individualista a ela associada. A negação da doutrina liberal é, segundo o autor, o ponto de proximidade entre estas duas formas de pensamento, porém a proposta totalitária vai implicar a defesa de uma mobilização absoluta, homogeneizante, disposta a eliminar todas as particularidades e diferenças contidas no corpo social pela ação de uma ideologia unificadora.

17 Na clássica obra *As origens do totalitarismo*, a autora trata de três problemas que para ela assolam a humanidade. Trata-se do preconceito – o primeiro volume é dedicado ao antissemitismo que para a autora foi levado ao *status* de arma política – do imperialismo e do totalitarismo. Havendo relação direta entre os três fenômenos. A ideia de diferenças de caráter qualitativo entre os grupos sociais, expressa através de um preconceito racionalizado e elevado ao nível de ideologia, encontra legitimação para ações hegemônicas, que levam num primeiro momento ao imperialismo e como consequência ao totalitarismo. Esta é a obra mais importante de Hannah Arendt e constitui-se numa investigação acerca da crise do século XX. O livro busca examinar as origens dos fatores que propiciaram este fenômeno que, para ela, rompeu com as categorias políticas que compunham a tradição ocidental. Sua estrutura articula-se de forma que os primeiros dois volumes buscam evidenciar os elementos que permitiram a configuração do totalitarismo, o qual, por sua vez, é apresentado no terceiro volume como uma nova forma de governo e de dominação, baseado na organização burocrática de massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia.

Na perspectiva de uma organização social “autoritária”, as diferenças sociais são preservadas, sentido que configura a preponderância de uma sociedade hierárquica e a separação entre as esferas pública e privada da vida do militante político, aspecto este inexistente, segundo Araújo, num modelo social “totalitário”, no qual a ideologia permeia todas as esferas da vida dos indivíduos. O autor atribuiu ao pensamento integralista de Salgado este aspecto “totalitário”, que faz do indivíduo um militante rompendo com a separação do público e do privado.

No intenso debate acadêmico que se iniciou sobre o período, a partir dos anos 1970, estão em disputa conceitos que norteiam e estruturam as discussões sobre o tema integralismo, segundo visões relativas a referências teóricas diversas – não sendo consenso entre historiadores e cientistas sociais os conceitos adequados para fazer referência aos desdobramentos políticos no período aqui em discussão, especificamente, a respeito da identidade ideológica do movimento nacionalista fundado por Plínio Salgado.

Evidentemente, os conceitos são designados pelos referenciais teóricos diversos dos pesquisadores, porém, em trabalhos recentes sobre a AIB, notamos uma tendência em dar em menor importância ao debate acerca da questão da ideologia do integralismo.

A polêmica entre Chasin e Trindade nesta pesquisa foi estimulante para incentivar a reflexão sobre a particularidade da experiência integralista no Brasil. Entretanto, a obra de Trindade no seu argumento central, que configura como *Integralismo como fascismo brasileiro na década de 30*, é inadequada na interpretação aqui defendida sobre o integralismo pretérito. E também sobre suas manifestações contemporâneas.

Os autores discutidos acima são consensuais, entretanto, a respeito da composição social da AIB, formada por indivíduos da pequena burguesia ou classes médias. A AIB tinha também em suas fileiras indivíduos de outros extratos sociais que buscavam formas de inserção na sociedade, como imigrantes de origem pobre, japoneses, negros e elementos das antigas elites tradicionais pelo interior do país, que viam seu *status quo* sendo perdido diante das transformações oriundas do processo de revolução burguesa e da expansão do sistema do capital nas primeiras décadas do século XX. Eles encontraram nos núcleos da AIB um caminho de afirmação política e social.

A afirmação da AIB como um partido, em sua maioria formado pelas classes médias, não foi o suficiente para receber a atribuição generalizante

de fascista, mesmo com outras semelhanças na organização e socialização ideológica.

O fato de que a pequena burguesia pudesse contribuir de modo determinante para o sucesso dos movimentos fascistas, fornecendo-lhes os quadros e as bases de massa na fase de ascensão e um consenso ativo na fase de movimento, estimularam argumentações a respeito do fator determinante das classes médias para o êxito dos regimes fascistas.

A esse respeito, o estudo de Hélijo Trindade sobre a Ação Integralista segue esta linha de argumentação e situa-se na tendência das teorias fascistas generalizantes do conceito ao tentar buscar uma identificação da experiência brasileira da AIB com as que ocorriam na Europa ao afirmar que o integralismo foi uma forma de “fascismo brasileiro”.

Foi bastante debatido o papel que a pequena burguesia desempenhou como base de massa dos movimentos fascistas, porém, apresenta-se como problemática a tentativa de mostrar o fascismo enquanto regime, como expressão da pequena burguesia no poder, ou da busca da mesma pelo poder. Não é convincente a aceção de que as opções fundamentais dos regimes fascistas respondiam a uma lógica oposta aos interesses das antigas classes dominantes, nem que podiam se refrir a um projeto de transformação social dotado de uma autonomia própria e e que tendia a conferir à pequena burguesia um papel hegemônico no seio da sociedade.

A justaposição dos conceitos é critério fundamental para evitar generalidades e, se for atribuído o conceito de “fascismo” às experiências do Brasil, Itália, Portugal, Alemanha e Espanha, entre outros países onde ocorreram fenômenos aproximados, certamente se perderiam as singularidades e as particularidades dos movimentos investigados com as particularidades de suas experiências nacionais, no nível cultural e no aspecto de inserção no sistema capitalista mundial.

Nesse sentido, a análise de Chasin avançou ao inserir o debate acerca do caráter político do integralismo de Plínio Salgado com a especificidade do momento do capitalismo brasileiro em 1930. Sua tese de que a AIB foi um fenômeno de um capitalismo “hipertardio” não ajustado às circunstâncias históricas originais de formação do fascismo italiano foi de encontro com as perspectivas que atribuem ao caso italiano a unanimidade do conceito. Seguindo a perspectiva da historiografia marxista, ele situou o fenômeno fascista como consequência da crise do sistema do capital, e seus atores sociais

como representantes da pequena burguesia sob a hegemonia da grande burguesia.

O autor apresentou em sua tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio* uma explicação original, abrindo margem para a introdução de categorias e conceitos de György Lukács na interpretação dos fenômenos históricos e das tradições em voga no pensamento social brasileiro.¹⁸

A teoria do fascismo como ditadura da burguesia constitui ainda hoje a chave interpretativa predominante nos estudos que têm como modelo de referência o marxismo e sua concepção de mudança histórica. A análise de Chasin seguiu a tradição da historiografia marxista ao entender a ideologia integralista de Salgado como um pensamento de reação ao liberalismo no Brasil na década de 1930, com base social na pequena burguesia, porém, seguindo analítico o critério da particularidade dos fenômenos a atribuição de caráter fascista ao integralismo é negada.

Neste ponto, Chasin foi original em sua análise, procurando um caminho próprio para a sua explicação acerca da ideologia do Sigma sob o norte marxiano de investigação e exposição do objeto analisado.

Aspectos do caráter regressivo e particular do integralismo brasileiro apontado por José Chasin ficam evidentes quando são analisados os fundamentos do projeto político e econômico da proposta denominada pelos intelectuais do Sigma de “Estado Integral”.

Na análise dos documentos da Ação Integralista Brasileira, realizada em pesquisa com matérias do jornal paulistano *Acção*, foram destacados elementos das formulações sobre o projeto do “Estado Integral” no intento de evidenciar as posições dos intelectuais mais influentes na imprensa da mais

18 “Como pretendemos uma investigação balizada pelo talhe histórico-genético praticado por Lukács, há de se entender, porque estamos a indicando desde logo que, na pior das hipóteses, nossa empresa se valida como aplicação de um determinado procedimento científico à análise de uma particular manifestação ideológica, isto é, estamos, pelo menos, explorando as possibilidades de um determinado modo de procedimento científico. [...] Numa formulação sintética, pode-se dizer que Lukács oferece-nos o conjunto de sua concepção metodológica ao estabelecer que a abordagem de um objeto ideológico implica a determinação de sua gênese e de sua função social. Porém, isto não basta, há que necessariamente acrescentar àqueles dois pontos da crítica imanente, ‘um fator legítimo e até mesmo indispensável na exposição e no desmascaramento das tendências. Para identificar com algum detalhe os significados desta proposta fixemos de início, no plano mais geral possível, que o objeto ideológico é concebido como fenômeno cultural’.” (Chasin, 1978, p.61-62).

representativa organização chauvinista da primeira metade do século XX no Brasil (Barbosa, 2007).

A formulação da concepção de “Estado Integral”, como proposta de modelo de organização societal da AIB, foi publicizada pela primeira vez no Manifesto de Outubro de 1932. Durante os sete anos de existência legal da AIB, as perspectivas integralistas do poder, do seu exercício e da natureza própria do Estado, propaladas pela imprensa verde, continuaram a ser fundamentadas.

O Estado Integral não foi caracterizado pelo princípio da soberania popular e pelo sufrágio universal, segundo os moldes da liberal-democracia. O projeto integralista tinha como pressuposto, já na sua gênese, a nação organizada segundo categorias profissionais num modelo corporativo.

Em contraposição à luta de classes, resultantes do modelo liberal, o Estado Integral seria uma “democracia orgânica”¹⁹ com o objetivo de proporcionar a cooperação entre os seguimentos da sociedade. O Estado Integral estava alicerçado, segundo a ideologia da AIB, nos princípios de hierarquia, ordem, disciplina e unidade.

No Manifesto integralista de 1932, estão sintetizados os principais elementos da ideologia e da concepção integralista de Estado. Nesse documento, os aspectos corporativistas e nacionalistas foram enfatizados numa proposta de organização da sociedade que estava sintonizada com as tendências autocráticas chauvinistas, em voga no período.

O jornal *Ação* divulgou, naquele contexto, críticas a respeito da legislação trabalhista de Vargas e da organização corporativa no Brasil, apontando seus defeitos e propondo seu aprofundamento, pois para os integralistas de toda sociedade, em âmbito econômico, político e social, a legislação trabalhista deveria estar vinculada às instituições corporativas preconizadas pela AIB.

Para as lideranças integralistas, o processo de organização dos trabalhadores, através de cooptação corporativista do Ministério do Trabalho, não

19 Plínio Salgado (1955, p.119) afirmou no período em questão: “É o ritmo do século. Não podemos fugir dele. Mas – e isto é o mais importante para nós – enquanto os demais povos se movimentam no sentido do Estado forte, nós vamos mais longe, porque desejamos o Estado Integral, que contém tôdas as forças e representa o equilíbrio perfeito. O Estado forte significa ditadura, sinônimo de Estado totalitário. O Estado Integral é uma democracia orgânica. A ordem garantindo a liberdade”.

era tão eficaz quanto o modelo corporativista que fundamentava o projeto político do Estado Integral.

O projeto de Estado, divulgado na imprensa integralista, fundamentava-se em uma proposta organizacional que legitimava um modelo alicerçado na interação entre Estado e sociedade de forma muito mais ampla, com o objetivo de ordenar e mobilizar os indivíduos sob a égide do Sigma. A organização corporativa seria o modelo para realizar uma intensa mobilização social. Nesse sentido, as organizações burocráticas das instituições da AIB figuravam como um modelo para o Estado Integral, como já afirmou Trindade (1974).

O mercado editorial estava em ascensão e variadas publicações discutiam a temática de um projeto de Estado articulado com a realidade nacional. E nesse debate, a AIB precisava mostrar aos seus leitores, e possíveis eleitores, o seu projeto político e econômico para o Brasil.

Através das análises do noticiário político e econômico do jornal *Ação*, foi constatada a argumentação, desenvolvida por José Chasin (1978), de que o projeto político e econômico da AIB era assentado numa proposta agrarista que privilegiava o primeiro setor num modelo de desenvolvimento tutelado pelo Estado de pequenos produtores, com ênfase na policultura.

Nos artigos referentes ao Estado Integral, foi constatado o papel proeminente de Miguel Reale como elaborador teórico das propostas. Como secretário nacional de Doutrina e depois como diretor do referido jornal em todo o período de circulação, entre 1936 e 1938, Reale difundiu sua perspectiva de projeto político e econômico.

Como apontou Roque (2000), a grande diferença entre a teoria do Estado Integral de Salgado e a de Reale se dava na formulação pliniana caracterizada por uma maior influência das ideias do catolicismo social e estruturada a partir de reflexões e princípios moralizantes sobre a interação entre indivíduo e sociedade. Para Salgado, o denominado “homem integral” era o sujeito histórico que vivenciava também uma revolução interior ou uma revolução moral.

Nos artigos de Miguel Reale, veiculados no jornal *Ação*, temas como a propriedade privada, a nacionalização dos recursos e empresas nacionais, o problema da dívida externa, a crítica ao latifúndio e a defesa da organização do primeiro setor, baseado em um modelo de organização assentado na propriedade privada de pequenas propriedades e no modelo de produção fundamentado na policultura, marcaram o caráter pragmático com que Reale visualizava seu projeto estatal na época em que era líder integralista.

Nesse sentido, foram referenciadas, algumas formulações de Miguel Reale e de outros intelectuais do Sigma que esboçaram suas concepções de política econômica na imprensa integralista e que evidenciaram o projeto do Estado Integral.

Em muitos artigos consultados, o corporativismo foi defendido como a solução para os problemas políticos e econômicos no Brasil. A organização corporativista era defendida como solução contra as deficiências do liberalismo e o projeto político e econômico da AIB, proposta publicizada em artigos que exaltavam as possibilidades de incentivo ao potencial da agricultura nacional.

O jornal, em novembro de 1936, colocando em destaque as atividades dos vereadores integralistas da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, afirmou a defesa da propriedade privada e a perspectiva da AIB na defesa da pequena propriedade agrícola para o desenvolvimento econômico brasileiro. “Contrariando a tese marxista e a tese capitalista, ambas orientadas no sentido de destruição da propriedade” foi desenvolvida a defesa da pequena propriedade no referido artigo que elogiou a ação dos vereadores da AIB ao proporem a redução de impostos municipais para pequenos proprietários associados às cooperativas de produção.

O artigo foi intitulado “A defesa da pequena propriedade”:

[...] sendo concedido o abatimento de 50% em todos os impostos municipais que oneram as propriedades agrícolas cujas áreas sejam até no máximo de 10 alqueires, desde que seus proprietários ou arrendatários sejam sócios de uma cooperativa de produção. Trata-se, portanto, de uma concretização de princípios políticos que revela a coerência do pensamento integralista, com suas realizações práticas de administração, e ao mesmo tempo uma contribuição inteligente aos problemas de justiça social brasileira.²⁰

No artigo “O mal dos latifúndios”, o *Acção* expressou elementos do projeto político e econômico da AIB, ficando explícito o modelo agrário integralista:

Para um país essencialmente agrícola como o Brasil, o problema da organização da propriedade e da distribuição de terra é o problema de maior importância para estabilidade da nossa organização social e econômica do futuro. É o problema mãe.²¹

20 “A defesa da pequena propriedade”, *Acção*, n.40, 23/11/1936, p.3.

21 “O mal dos latifúndios”, *Acção*, n.40, 23/11/1936, p.3.

O artigo afirmou que o latifúndio no Brasil era um agente poderoso propiciador do isolamento e da ilegalidade que afetam as regiões afastadas:

[...] foi uma criação decorrente das próprias condições políticas de nossa formação histórica. A grande propriedade foi uma condição do meio geográfico, da necessidade de defesa, das culturas extensivas e do sistema de trabalho, ou melhor do tipo de exploração do trabalho baseada na escravidão [...] construindo um entrave poderoso para a democratização da nossa democracia. A liberdade política deve ser lastreada pela liberdade e pela independência econômica e a propriedade da terra deve ser o lastro da liberdade individual. Mas essa liberdade só existia para os donos dos enormes latifúndios.²²

Os integralistas, em suas publicações, defendiam a concepção de que um dos maiores problemas do Brasil eram as divisões impostas pelos “grandes domínios de terras”, gerando, segundo o jornal, “a falta de coesão social, de organização das classes e do entrave ao progresso”.

O problema agrário era caracterizado pela quebra da estrutura dos clãs rurais, dos latifúndios. Assim era preciso libertar o município do domínio dos grandes proprietários e a pequena propriedade deveria ser a base econômica da organização social proposta:

Daí a necessidade de intervenção do Estado que deve entender o imperativo da nossa evolução econômica, que é a divisão dos latifúndios e a distribuição da terra. Ou em afirmação necessária e urgente justiça social para o operário e para o caboclo do Brasil.²³

O projeto político e econômico da AIB, como já havia sido apontado por José Chasin (1978), estava assentado numa proposta de economia baseada na organização corporativa de pequenos produtores através da intervenção estatal.

Os elementos em questão também foram evidenciados na análise do artigo “A pequena propriedade”,²⁴ em que o jornal *Acção* expôs sua interpretação

22 Ibid.

23 Ibid.

24 “A pequena propriedade”, *Acção*, n.59, 14/12/1936, p.4.

sobre a gênese do latifúndio nacional. De acordo com o periódico, o latifúndio nacional tem seus primórdios com as capitanias hereditárias, transformando-se em grande propriedade de monocultora de cana depois de café: “O Brasil começou como um grande latifúndio desconhecido [...] do engenho para fazenda.”

O artigo afirmou que São Paulo, naquele momento, estava sob o obstáculo da grande propriedade cafeeira em crise. Os fazendeiros estavam com suas fazendas hipotecadas devido a dívidas com bancos. A posição do jornal defendendo um modelo econômico baseado numa proposta do primeiro setor articulado na produção de pequenos proprietários é exemplificada no elogio que faz à experiência desenvolvida, em São Paulo pela Companhia Paulista das Estradas de Ferro.

Em oposição à grande propriedade rural e à monocultura do café, os integralistas defendiam que:

[...] a pequena propriedade traz a policultura e a riqueza. Citando o exemplo de um modelo econômico baseado na pequena propriedade, o jornal fala da experiência da Companhia Paulista das Estradas de Ferro, que segundo o noticiário integralista realizou a compra das grandes propriedades quase abandonadas e dividiu essas em lotes, que são revendidos para pequenos proprietários. Com isso visa a grande empresa ferroviária impedir a debacle econômica completa. Como se vê, a solução é muito inteligente e parece que está dando bons resultados. A gente meditando honestamente sobre a questão não pode encontrar outra conclusão. A necessidade de um Estado que supervisione a distribuição da propriedade e possa socorrer também as zonas onde não aparecem iniciativas como a da Companhia Paulista.²⁵

Outro artigo ilustrativo do projeto ruralista defendido pela AIB, intitulado “O Progresso e o Latifúndio”, elucidou a crítica ao latifúndio:

Não há mais dúvidas sobre a função simplificadora, isolante e antiprogressista que o latifúndio exerceu no Brasil. Ele foi o criador do caudilhismo que dominou a nossa política [...] criando uma situação de opressão e misericórdia social no seio da massa rural gerando a produção desordenada.²⁶

25 Ibid.

26 “O progresso e o latifúndio”, *Acção*, n.59, 14/12/1936, p.4.

O artigo enfatizou que a abolição foi um momento significativo nesse processo, gerando “um colapso violento na estrutura dos latifúndios”. E, segundo o jornal *Acção*, na República o latifúndio sofreu um novo abalo: “A República conseguiu criar no Brasil regiões de pequena propriedade, zonas de policultura agrícola, zonas de exploração industrial, indicando um progresso social que escapava ao ritmo normal da evolução econômica e social do país.”²⁷

A imprensa integralista, em caráter de denúncia, publicizava que muitas regiões ainda estavam baseadas na produção da monocultura, pois o latifúndio era vigente e representava a “força política de um caudilhismo arcaico, tipos de organização antidemocrática e feudal”. Buscando apresentar sua proposta alternativa de um modelo econômico ruralista, o artigo apresentou a situação nacional debilitada pela permanência do latifúndio.

Utilizando uma retórica que se afirmava como porta-voz de um projeto singular ao capitalismo e ao comunismo, o jornal articulava elementos da sua concepção ideológica: “A socialização da propriedade é um imperativo imposto pelo combate às causas do comunismo e à exploração capitalista. Pela divisão das terras dos latifúndios e pela justiça social.”²⁸

A AIB, defendendo a iniciativa privada em seu modelo econômico, exaltou o sistema corporativista italiano.

No artigo “Ainda fascismo e integralismo”,²⁹ Miguel Reale desenvolveu uma discussão sobre as afinidades do integralismo com o fascismo italiano, buscando afirmar elementos positivos do modelo econômico fascista italiano e exaltar o corporativismo como experiência que deveria ser potencializada no Brasil. Todavia, o autor citou Oliveira Vianna para argumentar que a perspectiva corporativista da AIB era brasileira e que apesar da existência de pontos de identidade entre o fascismo e o integralismo, identificados como “princípios gerais de orientação política”, as diferenças entre eles também existiam e, segundo Reale; “são especialmente entre os meios e as formas de atualização dos princípios gerais”. O autor resgatou também um argumento de Oliveira Vianna para justificar a defesa da necessidade da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico do Brasil, sob a estrutura corporativa por ele defendida.³⁰

27 Ibid.

28 Ibid.

29 Reale, Miguel. “Ainda fascismo e integralismo”, *Acção*, n.79, 9/1/1937, p.1.

30 Reale, Miguel. “Ainda fascismo e integralismo”, *Acção*, n.79, 9/1/1937, p.1.

A referida fonte de análise foi fundamental para evidenciar elementos do projeto político e econômico da AIB, no qual o Brasil foi identificado como uma nação de grandes recursos naturais.

No mesmo artigo, o que Reale denominou de “Nosso Imperialismo” foi aqui compreendido como a defesa da proposta da aliança entre o Estado e produtores privados no desenvolvimento de um modelo econômico corporativo e agrarista, baseado na policultura.

Ainda nessa direção, outro artigo ilustrativo da perspectiva econômica dos líderes integralistas, caso chegassem de alguma forma ao poder do Estado nacional, foi intitulado “O aspecto técnico do problema agrário”.³¹ Nesse artigo, foi abordada a necessidade de divisão dos latifúndios em pequenas propriedades como um caminho para acabar com a produção monocultora e com a exploração dos trabalhadores rurais. Ao governo é atribuído o dever de dar assistência aos trabalhadores que, por sua vez, eram orientados pelo jornal *Acção* a se organizarem em cooperativas agrícolas.

Porém, para que esse modelo se concretizasse, o jornal afirmava que o governo federal deveria proporcionar crédito agrícola aos produtores rurais: “As associações do tipo cooperativista na agricultura tornam-se, sobretudo, uma necessidade imperiosa quando se observa a multiplicação da pequena propriedade.”³² Na mesma página da edição de fevereiro de 1937, por exemplo, foi abordado o problema agrário no Brasil com foco em suas contradições sociais.³³

A ausência de qualquer legislação ou instituições que protegessem os direitos do trabalhador rural foi à temática principal abordada ao longo do referido artigo, sendo criticada a falta de assistência social ao trabalhador rural, como saúde, educação e moradia. Ao final do artigo ficou exposto, de modo enfático, que da “solução desta face do problema agrário dependerá o futuro do Brasil, como futura potência internacional”.³⁴

A questão da dívida externa também foi abordada no noticiário econômico do *Acção*, em suas páginas foram observadas algumas matérias críticas à política econômica do Brasil no período. Em “O problema das dívidas

31 “O aspecto tecnico do problema agrário”, *Acção*, n.107, 26/2/1937, p.4.

32 Ibid.

33 Ibid.

34 Ibid.

externas”,³⁵ o militante Almiro Alcântara defendeu a suspensão dos serviços da dívida externa.

O mesmo tema foi discutido em outra edição do *Acção*, no artigo intitulado “Ainda o problema dos empréstimos”,³⁶ de autoria de Miguel Reale, no qual foram denunciados os sacrifícios dos brasileiros obrigados “a aniquilar a sua economia para fazer o pagamento na base exigida pelos intermediários”. Segundo o artigo, isso levaria a uma situação onde ocorreria a possibilidade de suspensão definitiva da dívida “por absoluto e total esgotamento de recursos [...] Melhor é, não há dúvida pagar o que é justamente devido [...] garantindo os nossos credores.”

A análise do artigo foi interessante, pois evidenciou a posição da AIB sobre a dívida externa. Apesar do seu discurso nacionalista e, teoricamente, anticapitalista, o jornal *Acção* não defendeu a moratória da dívida externa: “Paguemos, pois as dívidas – ninguém as nega – mas paguemos sem os sacrifícios dos nossos interesses e sem a destruição da nossa soberania.”³⁷

Para os “Intelectuais do Sigma”, porém, a solução para os problemas econômicos e financeiros no Brasil era “a nacionalização geral”. O artigo “Novas tendências monetárias”, de Almiro Alcântara, não foi muito claro sobre a abrangência do modelo de nacionalização a que se referia. Porém, nele, a questão da dívida externa foi retomada:

De fato a nacionalização acompanhada da adoção do padrão índice e da suspensão dos serviços das dívidas externas, resolverá não somente o nosso problema econômico-financeiro, mas também o que é muito importante, o da nossa moeda, restituindo-lhe saúde e estabilidade.

Decretada pelo governo a proibição de pessoas residentes no exterior auferirem lucros obtidos no país; decretada a conversão das dívidas externas em dívida interna, as quais aqui seriam pagas em mil-réis; decretado ainda, como medida de obrigatoria fiscalização, o controle cambial; a nossa balança de contas apresentaria sobras suficientes no desenvolvimento comercial, agrícola e industrial do nosso país, ao qual seria ao mesmo tempo dotado de aparelhamento técnico de

35 Alcântara, Almiro. “O problema das dívidas externas”, *Acção*, n.135, 22/3/1937, p.4.

36 Reale, M. “Ainda o problema dos empréstimos”, *Acção*, n.43, 26/11/1936, p.1.

37 Ibid.

que necessitamos para nos colocarmos em pé de igualdade como os países a esse respeito mais bem assistidos [...].³⁸

A crítica à livre concorrência foi também defendida por Miguel Reale no artigo “O Estado e a economia”:

A produção de mercadorias deve ser considerada segundo os interesses nacionais e não segundo os interesses individuais. [...] O integralismo é contra a livre concorrência que reduz o trabalho a uma simples mercadoria e obriga o operário a aceitar as condições humilhantes impostas pelas cobiças dos patrões. [...] O Estado deve respeitar a iniciativa privada e o campo da atividade individual, defendendo contra o comunismo e contra o capitalismo a propriedade que é por eles ameaçada. Em lugar de destruir a propriedade, o integralismo quer é a disseminação da propriedade. Para atingir esse elevado escopo, traçará um plano geral para a popularização do crédito [...].³⁹

O artigo de Miguel Reale complementa a perspectiva de modelo econômico esboçada pela AIB e traçada no artigo de Almiro Alcântara, revelando elementos interessantes e pouco divulgados a respeito das expectativas políticas e econômicas integralistas.

Em “O problema industrial brasileiro”, Miguel Reale fez uma análise com dados interessantes sobre a produção agrícola e industrial na primeira metade da década de 1930. Segundo o autor:

[...] ainda não houve no Brasil uma política de orientação industrial. Por enquanto só tivemos medidas isoladas e desconexas de protecionismo aduaneiro que nunca foi entendido infelizmente como capítulo inicial de um plano geral de industrialização.⁴⁰

O artigo citado apresentou uma crítica direta à política de industrialização de Vargas, destacando que “uma das coisas mais curiosas que pude notar foi a falta de distribuição dos mercados entre os centros produtores, a absoluta

38 Alcântara, Almiro. “Novas tendências monetárias”, *Acção*, n.117, 26/2/1937, p.4.

39 Reale, Miguel. “O Estado e a economia”, *Acção*, n.118, 27/2/1937, p.4.

40 Reale, Miguel. “O problema industrial brasileiro”, *Acção*, n.99, 20/4/1937, p.4.

falta de lógica nas linhas de escoamento de mercadorias [...] A criação de indústrias complementares antes de indústrias básicas.” São comentadas as debilidades da indústria brasileira e é afirmado que o setor primário e secundário se expandem de forma antagônica devido a ausência de direcionamento por parte do Estado.⁴¹

A imprensa integralista na gênese da organização foi um canal importante para a divulgação da ideologia do Sigma e do projeto político do “Estado Integral”. Suas propostas e conteúdos, analisados em artigos produzidos pelos líderes integralistas, colocaram em evidência a tentativa dos intelectuais do Sigma de estruturar uma interpretação sobre os potenciais e as debilidades do Brasil, assim como apresentaram suas interpretações sobre as características da identidade nacional no âmbito de uma perspectiva subordinada a uma concepção de país agrarista.

O resgate da análise dos fundamentos originários dos ideais dos integralistas é fundamental para entendermos as permanências e mudanças nos pressupostos ideológicos dos militantes herdeiros do Sigma na conjuntura contemporânea.

O Estado Integral foi teorizado por Reale, e veiculado no jornal *Ação*, numa linguagem técnico-jurídica, no qual a questão do Estado obteve um papel central. A legitimação de suas concepções também estava assentada no discurso de teor moralizante, mas o sujeito-histórico projetado em seus textos não era o homem cristão da “revolução interior”, como na acepção de Plínio Salgado, e sim o trabalhador inserido nas forças produtivas da Nação.⁴²

Miguel Reale, como importante liderança do partido integralista, ocupando o cargo estratégico, escrevendo livros e artigos para os jornais do Sigma

41 Ibid.

42 Segundo Roque (2000, p.305): “Enquanto para Plínio Salgado o Estado deveria resultar da organização dos grupos naturais, com ênfase na família, para Miguel Reale a base da construção do Estado residia na organização sindical. Essa primazia da estrutura de um sindicalismo ordenado – que culminaria na organização corporativa de todos os produtores e da qual deveria derivar, por último, o Estado, as suas instituições e as formas de representação – aproxima Reale de uma acirrada crítica à doutrina liberal e de uma adesão do Estado como aquele do fascismo da Itália. Assim, para Reale, o primado da ação organizativa da vida econômica moderna e de toda a atividade social deve caber a um Estado situado ‘acima das classes’, sendo superior a todas elas ‘pelos meios que deve dispor e pelos fins que deve realizar’ (*ABC do integralismo*). Ao referir-se ao sistema de representação, proclama que o Estado não é a soma dos indivíduos isolados – como pretendia o ‘naturalismo liberal’ –, mas a unidade das forças produtivas organizadas [...]”.

Jornais Reunidos (um consórcio de mais de oitenta jornais integralistas que circulavam pelo Brasil) e atuando na direção do jornal *Ação*, participou com grande destaque na imprensa da AIB e, como apontado, ocupou uma posição proeminente como formulador das concepções de Estado Integral.⁴³

Seguindo os pressupostos de Chasin (1978, p.607), compreende-se nesta pesquisa que a ideologia integralista representa uma manifestação singular e com especificidades que a diferem do fascismo italiano, apesar de aproximações em suas características ideológicas e organizacionais. A particularidade do integralismo reside na apologia ao Brasil agrarista, uma “utopia reacionária e regressiva” (Chasin, 1978, p.607).

A tradição política brasileira está fortemente articulada com modelos regressivos de ordenamento social, como apontou Chasin (1978, p.647) em seu estudo clássico sobre o integralismo. Para o autor, o projeto de Estado Integral pode ser compreendido como uma ideologia regressiva:

[...] o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de capitalismo tardio, quando estas emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, uma proposta de freagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o capitalismo verdadeiro.

Também Chasin (2009, p.125), em trabalho posterior, ressaltou a pertinência da consideração das particularizações dos objetos investigados como critério do método ontológico de abordagem:

A consideração das diferenças é, pois, uma exigência fundamental, decorrente do critério ontológico de abordagem, tendo presente que a distinção ou a identidade de certa formação de qualquer tipo é dada, precisamente, por aquilo que a diferencia dos elementos gerais e comuns copertinentes às demais que integram o mesmo conjunto.

43 Miguel Reale empreende sua reflexão chauvinista a partir de um conjunto de livros que versaram sobre a história das ideias políticas, tais como: *Formação da política burguesa* (1934); *O Estado Moderno* (1935); *Atualidades do mundo antigo* (1936); *O capitalismo internacional: introdução à economia nova* (1935) e *Atualidades brasileiras* (1937). As suas obras doutrinárias integralistas foram: *A posição do integralismo* (1933); *Perspectivas integralistas* (1935) e *ABC do integralismo* (1935).

Em sua análise sobre o projeto político de Estado da AIB e seu modelo de desenvolvimento econômico, Chasin (1978) identificou a particularidade dessa manifestação chauvinista nacional marcada por uma proposta ruralista defendida como modelo de organização societal. Nesse sentido, a ideologia integralista, na década de 1930, caracterizava-se como uma crítica romântica ao capitalismo, uma “utopia ruralista e regressiva”, com a proposta de valorização do potencial agrícola brasileiro.

4.5. Ideologia: autocracia chauvinista regressiva como particularidade do integralismo brasileiro

Na busca por fundamentos da acepção marxiana para a apreensão da particularidade dos fenômenos em análise nesta investigação, foi desenvolvido neste quarto capítulo, em suas subdivisões, uma introdutória incursão sobre o conceito fascismo, particularmente aplicada ao caso do regime italiano de Mussolini. No polêmico debate conceitual sobre a identidade ideológica integralista, foram também estabelecidas as argumentações sobre as debilidades e insuficiências das formulações de totalitarismo e extrema direita. Para a discussão da particularidade integralista, foram fundamentados os marcos teóricos do debate sobre a AIB. Este percurso foi importante para que se ressaltasse a contribuição de Chasin (1978), que afirmou uma interpretação original do objeto em questão, diante das explicações generalizantes do conceito de fascismo atribuído para designar manifestações chauvinistas que atuaram naquele contexto.

Nesta última seção, da primeira parte da investigação, foram estabelecidos argumentos sobre o integralismo enquanto ideologia portadora de axiomas que caracterizam suas manifestações pretéritas e contemporâneas, como organizações políticas defensoras de postulados ideológicos irracionais, manifestação de decadência ideológica, na acepção lukacsiana do termo (Lukács, 1959).

A concepção de autocracia chauvinista regressiva apresenta-se como uma construção teórica, uma abstração delimitadora, que busca distinguir a concepção ideológica integralista. Nesse sentido, a proposição da categoria é mediada pela fundamentação de que as categorias são uma construção intelectual dos fenômenos históricos e de formações sociais para a análise concreta.

O caráter do integralismo só pode ser compreendido, no âmbito da perspectiva de totalidade, articulado a elementos que denotam a compreensão da própria particularidade da formação social brasileira, que proporcionou uma configuração política e cultural, na qual concepções nacionalistas e autocráticas de ordenamento social tinham receptividade e influência.

O debate sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo apresentou-se como caminho explicativo propício para a compreensão da sociedade nacional e do integralismo, e as influências e desdobramentos no âmbito da particularidade dos fenômenos.

A sociedade nacional foi desde a sua gênese marcada por valores e práticas conservadoras, desde a gênese colonial, como pontuou Chasin (1978) e Fernandes (2006) em suas pesquisas sobre a particularidade das origens da autocracia burguesa no Brasil, nas quais apontava o caráter regressivo das instituições e das relações sociais como reflexo das contradições sociais de um país de capitalismo dependente.

Segundo a brilhante análise de Florestan Fernandes (2006), as condições brasileiras de configuração de um capitalismo dependente propiciaram formas autocráticas de ordenamento social como manifestações de reação e “contrarrevolução prolongada”, uma Revolução Burguesa brasileira particular e atípica.⁴⁴

A formação social brasileira proporcionou o legado de uma tradição cultural conservadora e antidemocrática no qual as formas políticas autocráticas sempre apareceram como resultado dos processos das conflitualidades sociais, resultante da luta de classes. Porém, sem espaços de participação política, o controle social foi arquitetado, gestado e executado, sob a política

44 “Só assim se pode colocar em evidência como e porque a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história. Aí a Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de ‘repetição da história’ ou de ‘desencadeamento automático’ dos pré-requisitos do referido modelo democrático burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; [...] uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que ‘é bom’ para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menor que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social.” (Fernandes, 2006, p.340).

da imposição do consenso em detrimento dos grupos subalternos através da hegemonia da classe burguesa.

Em articulação dialética com a universalidade dos fenômenos de eclosão de projetos de Estado e ideologias que antagonicamente disputavam espaços e orientavam condutas nas primeiras décadas do século XX, segundo Florestan Fernandes, o Brasil recebeu um significativo impacto das disputas políticas em voga no período. Como apontou o autor, seguindo o referencial marxiano, o país manifestou, entretanto, uma particular recepção e reprodução nas disputas políticas e ideológicas.

O Brasil, para Florestan Fernandes (2006), através de manifestações particulares concretas, refletiu as influências de “ideologias e utopias” dos países em disputa, como apontou o autor da magistral obra *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, evidenciando as possibilidades analíticas da socióloga crítica através do referencial marxista. O autor denominou o processo de imposição da Revolução burguesa nacional como um processo de “modernização dirigida” que foi legitimada por valores abstratos e conservadores como, por exemplo, a “defesa da democracia cristã”. A recepção das ideologias e modelos políticos em disputa naquele contexto foram aqui absorvidos e reformulados no sentido de legitimação de uma contrarrevolução permanente.⁴⁵

Nesse contexto de espaços restritos de participação política, o nacionalismo exacerbado de organizações, como o integralismo, foi um instrumento para a manutenção da ordem e da repressão aos adversários políticos dos setores hegemônicos, canalizando a insatisfação e a intenção de participação política de setores da pequena burguesia como manifestação de reação ideológica da direita.

45 “Florestan Fernandes (1981) observa que o termo mais correto a ser empregado no período seria contrarrevolução, pois o país se encontrava num processo de revolução democrática quando os militares tomaram o poder político no ano de 1964. Além disso, o autor observa que a palavra ‘revolução’ encontrava melhor emprego dentro da compreensão da sociedade, uma vez que remete a uma intenção de simular que a revolução democrática não seria interrompida. Assim o golpe de Estado extraía sua autojustificação de argumentos que estavam longe de desejar suprir as necessidades da sociedade como um todo. Era fundamental conseguir confundir a compreensão da nação quanto ao significado de determinadas palavras-chave, tornando-se mais complicado para o dominado entender o que se passava e mais fácil de defender os abusos e as violações efetuadas pelos dominantes, donos do poder.” (Perucchi, 2009, p.96).

A cultura autocrática já existente no Brasil propiciou uma conjuntura favorável, segundo Fernandes (2006), para a proliferação de propostas de ordenamento social legitimadas pela “orientação modernizadora de governos fortes”. Para o autor, a tradição da política brasileira é marcada pela democracia restrita.⁴⁶

Nesse processo de modernização conservadora, os valores de razão e progresso foram suplantados pela reação conservadora liberal através de reformas “pelo alto”. Entretanto, para Florestan Fernandes as manifestações autocráticas não podem ser correlacionadas como manifestações de caráter fascista. Elemento que evidencia o critério de busca de particularidade das tradições políticas brasileiras para o autor em questão que colaborou em grande medida para a investigação da conjuntura nacional contemporânea sob uma perspectiva crítica.⁴⁷

As questões acerca de aspectos do desenvolvimento de países de capitalismo tardio, ou hipertardio como propôs Chasin (1978), e das formas não clássicas de revolução burguesa foram pontuadas na sua análise da questão das possibilidades analíticas do conceito de Lênin de “via prussiana”, aplicadas ao estudo da formação social brasileira. José Chasin (1978) aprofundou a discussão sobre o caráter da formação social brasileira na perspectiva

46 “Aqui, pois, é evidente que o consenso burguês concilia a ‘tradição brasileira’, de *democracia restrita* – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a ‘orientação modernizadora’, de *governo forte*. A ordem legal e política se mantém ‘aberta’, ‘democrática’ e ‘universal’, preservando os valores que consagram o Estado de direita; e esse Estado se concretiza, historicamente, por sua vez, na medida em que tudo isso é necessário à monopolização do poder real, da autoridade e do controle das fontes de legitimidade das classes burguesas e suas elites. No entanto, a validade formal ou positiva e a fruição ou participação da ordem legal e política são coisas distintas: a eficácia dos direitos civis e das garantias políticas se regula, na prática, através de critérios extrajudiciários e extrapolíticos. A contrarrevolução não criou essa situação histórica, que ela herdou da República Velha e do Império. Mas ela se caracteriza por sua defesa intransigente do *status quo* herdado e por sua concepção autocrática de equilíbrio da ordem.” (Ibid., 2006, p.403-4).

47 “Doutro lado, apesar das semelhanças óbvias, seria dogmático afirmar que o estado autocrático burguês constituirá, pura e simplesmente, uma variante subdesenvolvida e modernizada do fascismo. Ao que parece, mesmo a transição para o fascismo será contida pelo temor de classe, que impediu, até agora, qualquer forma de mobilização ideológica e política das massas populares no âmbito da contrarrevolução preventiva. A fascistização incidiu diretamente sobre o Estado e, neste, concentrou-se em algumas de suas estruturas e funções, assumindo, por isso, o caráter de um processo localizado e institucionalizado (e, sintomaticamente, dissimulado e posto acima de qualquer comunicação ou articulação das elites com a massa). Nada indica que a ‘normalização do Estado autocrático’ seguirá outro curso.” (Ibid., 2006, p.423).

da acepção leniniana de “via prussiana”, adequando a categoria à formação específica da particularidade histórica nacional, através da formulação da interpretação da “via colonial”.

O conservadorismo liberal foi, e ainda é, elemento constitutivo na tradição política brasileira. Nesse sentido, como o desenvolvimento do Estado nacional ocorreu tardiamente – no processo de desenvolvimento das estruturas burocráticas e da construção da hegemonia, na condução e controle das conflitualidades sociais – as ideologias nacionalistas foram instrumentalizadas para aglutinar os setores da pequena burguesia ao projeto político de fortalecimento do Estado, arquitetado pela burguesia nacional interessada na estratégia de conciliação de classes através de formas de participação política fundamentadas na exclusão dos setores populares.

A tradição conservadora nacional, marcante desde o período colonial, passa as transformações e “vias” do desenvolvimento da formação do Brasil republicano e, sob novas conjunturas e correlações de antagonismos de classe na contemporaneidade, os valores autocráticos continuam a fundamentar práticas de controle social em detrimento dos setores populares.

A interpretação sobre as características da formação do Brasil através do suporte categorial lukacsiano que orientou as investigações de Chasin (1978) proporcionou apontamentos importantes sobre as novas determinações na configuração social nacional por meio da mediação analítica das categorias de universalidade, singularidade e particularidade para a compreensão da “via” de desenvolvimento ao qual o país deflagrou as transformações de suas bases organizativas e produtivas.

Chasin, com pontos de aproximação com a análise de Florestam Fernandes, abordou elementos autocráticos que marcam a transição do Brasil de um país colonial e subordinado para um país com transformações nos moldes de nações capitalistas contemporâneos, principalmente marcado pelo conservadorismo, a violência das classes dominantes e a exclusão da participação política, por meio de uma política conciliatória e reformas “pelo alto”. O processo político ocorreu sem a inclusão do que Gramsci denominou de “grupos subalternos”.

O chauvinismo como componente ideológico de organização social é uma forma de “teleologia secundária”, como foi apontado no primeiro capítulo desta investigação. “Teleologia secundária”, no sentido de formulação ideológica voltada à persuasão de outros indivíduos para que ajam de determinada

maneira, influenciando sua visão de mundo e também sua reprodução social (Lessa, 1996, p.41-42).

O arcabouço categorial da Filosofia da Práxis apresenta um rico potencial de mediações analíticas para a compreensão da realidade concreta brasileira e de suas manifestações políticas e ideológicas.⁴⁸

As potencialidades interpretativas da perspectiva gramsciana para o entendimento do caráter de modernização conservadora no Brasil têm também grande contribuição na expressiva obra de Carlos Nelson Coutinho. Através da categoria de revolução passiva de Antonio Gramsci, Coutinho (1989) apresentou sob enfoque teórico exitoso as mediações possibilitadas pelo autor dos *Cadernos do cárcere* (Coutinho, 1989, p.120).

A modernização capitalista foi, segundo Coutinho (1989), sempre arranjada como uma articulação “pelo alto”, ou seja, executada pelo Estado que se apresentou, nesse sentido, como demiurgo da sociedade, através de processos de exclusão de participação popular.

A exclusão da participação popular e a repressão aos movimentos de contestação política também foram apontados, como citado, por Florestan Fernandes (2006), como um dos fatores explicativos da tradição autocrática nacional. O autor afirmou ser a efetivação da revolução burguesa no Brasil um processo impositivo e de ditadura de classe.⁴⁹

Fundamentando as origens autocráticas da tradição política brasileira, Fernandes apontou que as transformações políticas ocorreram de forma antagônica aos padrões estabelecidos institucionalmente que marcam o modelo democrático representativo:

48 “Entre os autores que examinaram aspectos da história brasileira à luz do conceito de ‘via prussiana’, em articulação com a categoria gramsciana de ‘revolução passiva’: C. N. Coutinho, “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”. In: Vários Autores, *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 1-56, e *A democracia como valor universal*, Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.12, e Marco Aurélio Nogueira, *As desventuras do liberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.” (Coutinho, 1989, p.136).

49 “Ao ‘defender a estabilidade da ordem’, portanto, as classes e os extratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido desta mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação a ordem ‘legitimamente estabelecida’.” (Fernandes, 2006, p.369).

o enfrentamento da burguesia brasileira com sua realidade estrutural e histórica impulsionou-a a colocar-se o dilema de como instaurar abertamente uma oligarquia coletiva das classes possuidoras. O que entrava em questão era portanto o *problema da autocracia* (embora dissimulado sob aparência ambígua da “democracia forte”). Só assim ela podia deter os processos incipientes ou adiantados de “desagregação da ordem”, passando de uma ordem burguesa “frouxa” para uma ordem burguesa “firme”. Aí, o elemento político desenhava-se como fundamento do econômico e do social, pois a solução do dilema implicava, inevitavelmente, transformações políticas que transcendiam (e se opunham) aos padrões estabelecidos institucionalmente de organização da economia da sociedade e do Estado. (Fernandes, 2006, p.387)

Refletindo sobre os discursos nacionalistas nestes processos de modernização conservadora, de “revolução passiva”, o chauvinismo apresenta-se como forma reificada de uma práxis manipulatória sob uma concepção organicista do indivíduo como componente do corpo social que é a pátria. Assim, o antagonismo à crença e ao entendimento da realidade de lutas de classes é suplantado pela concepção da colaboração de classes sob a égide da nação, ocultando as novas modalidades de controle social dos grupos hegemônicos sob a tutela e direção do Estado como demiurgo da nação.

Segundo Coutinho (1989), a trajetória do desenvolvimento político brasileiro é marcada pela transição para o capitalismo pela “via” da exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.

Nestes processos políticos, o nacionalismo foi articulado sempre como fundamento das reformas políticas de conciliação de classes sob a violência e exclusão dos setores populares em detrimento das alianças entre setores hegemônicos.

As políticas de conciliação de classes através de reformas “pelo alto” foram fundamentadas através de concepções nacionalistas na legitimação da ordem. O caso do regime ditatorial militar brasileiro foi ilustrativo neste sentido, como apontou Florestan Fernandes no sétimo capítulo do livro *a Revolução Burguesa no Brasil* (2006), intitulado “O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”.

Chasin (1978), norteado pela valoração do critério de totalidade na análise do seu objeto de investigação e na sua profunda análise sobre o integralismo,

destacou as especificidades infraestruturais na busca pela anatomia do fenômeno chauvinista brasileiro, só possível através da compreensão das mediações reveladas pelo estudo do complexo histórico social:

Posto isso, retomemos a noção de via prussiana:

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lênin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no caso de uma conciliação com o atraso*: “Ao invés de as velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se fez mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular.”

Chasin colocou sua investigação acadêmica como instrumento das lutas de classe, em oposição à concepção de neutralidade axiológica. Assim, o debate sobre a identidade ideológica do integralismo de Plínio Salgado, superando dialeticamente a compreensão da analogia do objeto com o fascismo italiano, pode revelar a função social da ideologia do Sigma no complexo da “via colonial” de desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a submissão à sociedade hierarquizada sob a defesa da ideologia da conciliação de classes fundamentada na lógica organicista da concepção chauvinista de ordenamento social.⁵⁰

50 “[...] este estudo imaginava, então em face do cotidiano *problema do nacionalismo*, voltar-se à delucidação das várias formas deste, clareando, assim, suas distintas e as diferentes objetivações ontológicas. À época (será hoje diverso?), os críticos – dos rústicos aos sofisticados – embaralhavam grossa e toscamente toda a questão; sob o estandarte bélico da ‘neutralidade axiológica’. [...] Passado o tempo que passou, certas urgências descosidas, permaneceu naturalmente a validade do integralismo como objeto, como segmento de mais ampla história para mais amplas e maduras investigações. Fragmento da consciência nacional no Brasil, o integralismo continuava indecifrado, oculto em convencional e abstrata definição como fascismo. Assim, aqui, ao que foi dado consecusão, designadamente tratou de concretar efetiva análise imanente do discurso pliniano, deixando em graus mais abstratos as determinações relativas ao chão social em que aquele se pôs e que no seu tríptico metodológico lukatiano são designadas como análises de gênese e função social das ideologias. No que aqui concerne estas foram abordadas no bojo da introdução do conceito de *via colonial* do capitalismo, particularidade pelo qual foi buscado o perfil da objetivação do capitalismo no Brasil; determinação da particularidade a que se estava obrigado, na medida em que se pretendia uma apreensão de talhe dialético.” (Chasin, 1978, p.22-3).

O fascismo para Chasin foi produto particular em circunstâncias específicas; assim, classificar uma ideologia, como o integralismo, não explica a mesma, pois identificar sua natureza corresponde a relacionar a totalidade social concreta de que ela emergiu. Assim, como já afirmado, a correlação do integralismo como uma espécie de fascismo brasileiro é uma transposição conceitual inapropriada para a compreensão da singularidade da ideologia do Sigma.

Chasin (1978), buscando as raízes genéticas da particularidade do integralismo, afirmou que as primeiras acusações de que o integralismo era um fascismo datam já da década de 1920. O autor identificou, como primeiro crítico de Plínio Salgado, o deputado Zoroastro Gouveia, que em outubro de 1928, contemporâneo de Salgado, ocupou o cargo de deputado estadual por São Paulo e acusou o líder da AIB de fascista (ibid., 1978, p.36, 46).

As circunstâncias políticas da época, décadas de 1930 e 1940, propiciaram uma utilização generalizada e inadequada do conceito de fascismo devido “às necessidades práticas do combate político” nas primeiras décadas do século XX, como apontou o autor, exemplificando o caso do embate de Zoroastro, articulado à conjuntura de luta antifascista internacional.

Entretanto, tratando-se das análises científicas, que estão fundamentadas numa correlação entre fascismo e integralismo, Chasin (1978) advertiu que esta imprecisão conceitual, em grande medida, é herdeira da perspectiva liberal de interpretação dos fatos políticos, nos quais as influências do conceito de totalitarismo proporcionam equivocadas análises generalizadoras dos fenômenos.⁵¹

A atribuição de categorias e conceitos adequados à particularidade dos fenômenos orienta a construção de critérios não generalizantes. Essa precisão analítica é resultante do critério de análise histórica como fundamento da busca da suplantação das aparências fenomênicas, formulações categoriais e conceituais que podem ocultar a particularidade das manifestações irracionais que marcam os fenômenos políticos chauvinistas.

Na obra *A destruição da razão*, traduzida em espanhol como *O assalto à razão*, de György Lukács, publicada em sua primeira versão em 1954,⁵²

51 “Falam muito em liberalismo, mas todos, no fundo, são autocratas e fascistas” – Zoroastro Gouveia, *Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo*, sessão de 3 de outubro de 1928, p.1062. (Chasin, 1978, p.36).

52 Sobre o processo de elaboração do livro *O assalto à razão*, Nicolas Tertulian (2007) faz uma análise detalhada do contexto de sua produção e os embates e críticas em torno de sua publicação.

analisou os antecedentes do panorama cultural e ideológico que abriram margens ao nazismo através do estudo crítico de intelectuais e teorias que legitimaram o repúdio das concepções de progresso e racionalismo na Alemanha. Foi utilizada a categoria filosófica de irracionalismo para fundamentar as manifestações de decadência ideológica presentes em certas concepções do pensamento social europeu.

Os apontamentos na referida obra foram norteadoras para a reflexão sobre como também os antecedentes do pensamento social no Brasil possibilitam influências na elaboração de concepções autocráticas entre os intelectuais brasileiros favorecendo a aceitabilidade de ideologias como o integralismo brasileiro, apontado introdutoriamente no capítulo 2.

Lukács, analisando os pensadores do irracionalismo alemão, demonstrou através de seu estudo como as ideias em voga numa época são propaladas e difundem-se como elementos resultantes dos antagonismos, reflexo das lutas de classe, resultantes de diferentes posições e enfrentamentos.

O autor evidenciou que as filosofias e ideologias não são inocentes e sim resultantes das conflitualidades imanentes. Seu foco foi compreender a gênese e a necessidade do surgimento dos antecedentes do Nacional Socialismo, pois a Alemanha havia se tornado, naquele período de transição, a modernidade capitalista, um ambiente propício a ideologias reacionárias e irracionalistas.

Para Lukács, em *O assalto à razão*, o pontual na análise crítica das ideologias é desenvolver a investigação da gênese e função social das ideologias, pois os intelectuais são responsáveis pelas suas ideias e, na crítica norteadora pelos pressupostos da obra em questão, não as intenções, mas sim os fatos são mais importantes, no sentido de uma perspectiva progressista, revolucionária, ou regressiva e irracionalista.

As diversidades das expressões intelectuais irracionalistas são reflexos da agudização das lutas de classe e das heranças do pensamento social de uma época, como afirmado por Lukács:

Estos puntos de vista determinan, al mismo tiempo, nuestro modo de abordar y tratar el tema. Damos importancia primaria, en lo que se refiere sobre todo a la selección de la matéria, a la génesis y a la función social. Nos proponemos desen- trañar, poner de manifiesto, todos los pasos que en el campo del pensamiento han preparado el terreno a la “ideologia nacionalsocialista”, [...] Una de las tesis fundamentales de este libro es la de que no hay ninguna ideologia “inocente”. [...]

Entre otras razones, porque la razón misma no es ni puede ser algo que flota por encima del desarrollo social, algo neutral o imparcial, sino que reflexa siempre el carácter racional (o irracional) concreto de una situación social, de una tendencia del desarrollo, dándole claridad conceptual y, por tanto, impulsándola o entorpeciendo. [...] El hecho de que lo que marcha y se mueve hacia adelante se conciba como la razón o la sinrazón, el que se afirme o se rechace esto o aquello, constituye cabalmente un momento esencial y decisivo de la acción de los partidos, de la lucha de clases en filosofía. (Lukács, 1959, p.4-5)

Lukács, apontando a vinculação entre intelectuais, ideologias progressistas e regressivas e conflitualidades entre as classes sociais, fundamentou o papel exercido pelos intelectuais em sua obra *O assalto à razão*:

Los filósofos aparecen siempre, en el fondo – consciente o inconscientemente, queriendo o sin querer – vinculados a su sociedad, a una determinada clase de ella, a sus aspiraciones progresivas regressivas. Y lo que en su filosofía nos parece y es lo realmente personal, lo realmente original, se halla nutrido, informado, plasmado y dirigido precisamente por esse suelo (y por el destino histórico suyo). Incluso en aquellos casos en los que, a primeira vista, parece prevalecer una posición individual que llega hasta el aislamiento frente a propia classe, vemos, si calamos hondo, cómo esta posición se halla íntimamente unida a la situación de la clase y a las vicisitudes de la lucha de clases. (ibid., p.81)

Em *Marx e o problema da decadência ideológica*, de 1938, Lukács já desenvolvia inicialmente a categoria de decadência ideológica como elemento norteador de suas concepções de irracionalismo para análise das funções desempenhadas pelas ideologias contemporâneas em suas finalidades sociais concretas.

A crítica ao irracionalismo por Lukács foi norteada pela proposição de fundamentação de uma teleologia emancipatória. O autor húngaro foi herdeiro da tradição filosófica clássica, elemento que marcou sua compreensão universalista da história e do pensamento marxiano. Desenvolvendo numa perspectiva crítica considerações sobre elementos que obstaculizavam o desenvolvimento da generacidade humana através das determinações postas pela organização social capitalista como processo de reificação das potencialidades humanas.

Para Coutinho (2010), o problema da razão na filosofia burguesa foi marcado pela tendência ideológica de valorização da limitação da racionalidade e do avanço do agnosticismo.⁵³

As manifestações ideológicas irracionais analisadas por Lukács (1959) e por Coutinho (2010), como manifestação de reação às conflitualidades sociais para a manutenção da ordem, são opostas à razão ontológica emancipatória. E para Lukács a função sócio-histórica de crítica a estas concepções deve ser objetivo de todo intelectual comprometido com a superação da sociedade de classes.

O irracionalismo e a miséria da razão, manifestada pela lógica formal, como denominou Coutinho (2010), como parâmetros científicos que legitimam o ordenamento social existente, têm como objetividade a suplantação dos pressupostos humanistas, historicistas e dialéticos em direção à legitimação da naturalização das relações sociais e de teleologias secundárias (Lessa, 1996).

Lukács, na análise das manifestações ideológicas irracionais buscou apreender os fenômenos históricos em sua concretude de modo a revelar suas conexões e mediações entre a particularidade e a universalidade histórica dos objetos em análise.

As determinações sócio-históricas, inauguradas a partir de 1848, propiciam à burguesia e aos setores hegemônicos antagonizarem-se objetivamente ao progresso, aos trabalhadores organizados e ao socialismo de forma mais efetiva, sustentando teorias restauradoras da ordem e antiprogressistas, pressupostos que norteiam as concepções irracionais contemporâneas (ibid., p.45).

53 “As categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética são os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia. Por isso, a tendência ideologizante da decadência começa exatamente por romper com tais categorias. Importa pouco saber como se opera esse rompimento, se por meio de uma polêmica aberta contra a filosofia clássica ou se mediante uma ‘correção’ ou ‘interpretação’ do conteúdo real das referidas categorias. O que realmente interessa é assinalar o caráter nitidamente ideológico das novas categorias ‘corrigidas’ que ocupam agora o primeiro plano. Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em segundo lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo superficial ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas.” (Coutinho, 2010, p.30-1).

O chauvinismo firmou-se como manifestação defensiva, reflexo da angústia pela busca de segurança diante das conflitualidades de classe. E, como aponta Coutinho (2010), o irracionalismo é resultado de um panorama cultural de decadência política e ideológica, posto pelas relações capitalistas, através da ocultação das contradições sociais, bloqueando a crítica, o conhecimento ontológico e as conquistas humano-genéricas.⁵⁴

A realidade social é tomada em sua aparência fragmentada pelos intelectuais irracionalistas, assim o irracionalismo pressupõe a imediatividade e a intuição como fatores valorativos para compreensão e intervenção na realidade concreta (ibid., p.63).

Para Carlos Coutinho, segundo José Paulo Netto, no posfácio ao livro *Estruturalismo e a miséria da razão*, a função ideológica do moderno irracionalismo (a “destruição da razão”) e do racionalismo formal é cumprir a função na conjuntura de contradições inerentes ao modelo societal vigente de legitimação de uma ideologia defensiva em busca da ordem, reflexo da “angústia” e da busca pela “segurança”, operando como “constelações ideológicas e teóricas sobre as quais se erguem concepções de mundo conservadoras/estabilizadoras da ordem” (Netto, 2010, p.245).

Valores fundamentam concepções autocráticas de ordenamento social. Antonio Gramsci também apontou que o fascismo italiano representou uma manifestação de decadência ideológica da sociedade italiana:

O fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não podia deixar de se fazer acompanhar pela profunda decomposição do Estado. Só se pode explicá-lo hoje se recordarmos o baixo nível de civilização a que a nação italiana chegou nestes sessenta anos de administração unitária.

54 “Conforme coagule o momento de estabilidade e o momento ‘explosivo’ como a ‘essência’ da realidade, a consciência imediatista elabora um diverso ‘sentimento do mundo’, sobre o qual constrói expressões ideológicas sistemáticas (ou pseudossistemáticas). O ‘sentimento do mundo’ diverge de uma autêntica ‘concepção do mundo’ precisamente por seu caráter imediatista: enquanto a segunda representa a relação entre a totalidade da realidade objetiva e a totalidade do gênero humano, o primeiro conserva-se como puro ‘sentimento’, isto é, como reação espontânea e sentimental diante da aparência dos processos reais. O ‘sentimento do mundo’, por isso, confunde-se com a experiência vivida, subjetiva, dos extratos intelectuais, funcionando como mais um limite espontâneo a correta apreensão da objetividade. [...] De acordo com o período histórico, os intelectuais podem experimentar, diante do real, uma sensação de ‘angústia’ ou uma sensação de ‘segurança’; e, de acordo com isso, elaborarão posições filosóficas preponderantemente irracionalistas ou pseudorracionalistas.” (ibid., p.62)

O fascismo apresentou-se como o antipartido, abriu as portas para todos os candidatos; e, prometendo a impunidade, permitiu que uma multidão informe cobrisse com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos. [...] A luta de classes sempre assume na Itália, em função dessa imaturidade “humana” de alguns extratos da população, um caráter extremamente violento. [...] E assim se justifica a tese comunista de que o fascismo enquanto fenômeno geral, enquanto flagelo que supera a maldade e a vontade e os meios disciplinares de seus líderes, com sua violência, com seus monstruosos arbítrios, com suas destruições tão sistemáticas quanto irracionais, só pode ser extirpado por um novo poder de Estado, por um Estado “restaurado” tal como o entendem os comunistas [...]. (Gramsci, 2004 [1921], p.57)

José Chasin (1978), nesta direção crítica, abordando as manifestações políticas brasileiras que foram manifestações de decadência ideológica, afirmou elementos acerca da “resolução irracionalista de Plínio Salgado” e do integralismo, influenciado por Lukács em *O assalto à razão*, afirma:

Entre outras razões, porque a razão mesma não é nem pode ser algo que flutua acima do desenvolvimento social, algo neutral ou imparcial, mas sim que reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência do desenvolvimento, dando-lhe claridade conceitual e, portanto impulsionando-a ou entorpecendo-a. O que faz com que todo formulador de discurso “apareça sempre, no fundo – consciente ou inconscientemente, querendo ou não – vinculado a sua sociedade, a uma determinada classe dela, a suas aspirações progressivas ou regressivas”. De sorte que ficam claramente conectadas *ratio* e *tendências progressivas*, bem como, de outra parte, *irratio*, e *tendências regressivas*, tudo necessariamente no bojo das concretudes históricas particulares, especialmente nas épocas em que são travadas as batalhas dialéticas entre o velho e o novo. (Chasin, 1978, p.609-610)

A ideologia do Sigma é uma manifestação irracionalista, expressão de uma ideologia particular de chauvinismo no Brasil. Este irracionalismo é sintetizado no significado atribuído por Plínio Salgado ao símbolo do integralismo: o Sigma (Roque, 2000, p.415-6).

As concepções defendidas pelos integralistas pretéritos e contemporâneos são aqui interpretadas como uma manifestação de decadência ideológica

marcada pela repetição tautológica de seus enunciados principais e pela presença de elementos afirmativos de uma identidade estética apresentada como fator legitimação para a consolidação da identidade ideológica dos militantes.

Para Plínio Salgado e os intelectuais do Sigma, o irracionalismo como paradigma foi evidenciado no repúdio à modernidade e à ciência e na apologia nostálgica de uma concepção teocrática de ordenamento social que são antagônicas à afirmação de uma cultura humanista.

Os pressupostos de crítica à modernidade por seus vícios e corrupção dos costumes são realizados pelos intelectuais do Sigma como forma de reação e defesa pela sustentação da defesa de um modelo societal baseado no fundamentalismo religioso.

No livro *A quarta humanidade*, no capítulo “O Império da Máquina”, estes elementos antiprogressistas foram mais uma vez difundidos (Salgado, 1995a, p.57)

A valorização do mito como legitimação do arcabouço ideológico integralista propicia a compreensão da formulação política de Plínio Salgado e seus seguidores como uma manifestação de decadência ideológica, seguindo as indicações propiciadas por Gyögy Lukács. Estes elementos são observáveis quando são analisados os textos do fundador da ideologia do Sigma e também nas publicações de seus seguidores contemporâneos.

Plínio Salgado buscou distinguir o integralismo do fascismo, afirmando que o Estado Integral é legitimado pela moral e pela família, e na Itália a sociedade baseava-se na “força do Estado”. De forma tautológica, as distinções dos congêneres europeus foram baseadas numa retórica que insistia no elemento moral como legitimador de sua proposta. Nesse sentido, Plínio Salgado apresentou em suas formulações a valoração sobre o conteúdo moralizador cristão que pretensamente legitimava e singularizava o projeto de Estado dos líderes da AIB, em relação ao fascismo na Europa.

Chasin (1978), seguindo a perspectiva lukacsiana fundamentada na obra *A destruição da razão* apontou que não existem ideologias inocentes e a vinculação de classe é um critério fundamental na análise das concepções de ordenamento social, como o integralismo:

Na opção de um pensador entre o novo e o velho não decidem, em primeiro plano, as considerações filosóficas ou mentais, senão a situação de classe e a vinculação a uma classe. [...] O que, em suma, já permite dizer, mesmo numa exposição

simplificada desta complexa questão, que “não há nenhuma ideologia ‘inocente’”. Não há em nenhum sentido, [...] e muito especialmente no que se refere cabalmente ao sentido filosófico: a atitude contrária ou favorável à razão decide, ao mesmo tempo, da essência de uma filosofia enquanto filosofia, e da missão que ela é chamada a cumprir no desenvolvimento social. Entre outras razões, porque a razão mesma não é nem pode ser algo que flutua acima do desenvolvimento social, algo neutral ou imparcial, mas sim que reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência do desenvolvimento, dando-lhe clareza conceitual e, portanto, impulsionando-a, ou entorpecendo-a. O que faz com que todo formulador do discurso (apareça sempre no fundo – consciente ou inconscientemente, querendo ou não – vinculado a sua sociedade, a uma determinada classe dela, as suas aspirações progressivas ou regressivas. (Chasin, 1978, p.608-9)

O irracionalismo que fundamenta os axiomas da ideologia do Sigma – “Deus, Pátria e Família” – representa uma resposta reacionária aos problemas colocados pelas lutas de classe. O ideário pliniano é uma reação regressiva de proposição para os modelos de organização social, defendendo o corporativismo, através da apologia à “democracia orgânica” e à defesa dos denominados “grupos naturais” como a “família, o município, o grupo profissional e a nação”.

Os pressupostos plinianos que orientam o integralismo pretérito e contemporâneo são uma tentativa de persuasão de urgência política, alicerçados na difusão do medo de um eminente perigo comunista e de crítica ao liberalismo. Nesse sentido, a concepção de defesa de um modelo de organização societal denominado “Estado Integral” é aqui identificada como uma ideologia da reação.